

# ERRATA + ATUALIZAÇÃO ATÉ 2001 + OBSERVAÇÕES & NOTAS EXPLICATIVAS

fonte: site [www.globalizacao.net](http://www.globalizacao.net)

DOWNLOAD GRATUITO DA OBRA (formato PDF):

**A Globalização e os trinta anos de indexação no Brasil**

**André de Oliveira Guimarães, JAC, Gráfica & Editora**

**São José dos Campos, SP, Brasil, publicado no ano 2.000**

## ERRATA DO LIVRO ORIGINALMENTE IMPRESSO EM 2000:

ERRATA DO ARQUIVO PDF DE 318 PÁGINAS (PARTE 1) [FREE DOWNLOAD A PARTIR DE [www.globalizacao.net](http://www.globalizacao.net)]:

Devido ao excesso de modificações e de atualizações, muitas correções foram feitas, advindo daí a necessidade de constantes revisões de erros de digitação e de escrituração. Ao se terminar de digitar algo, saía uma nova medida provisória. Ao se terminar de imprimir tudo, saía outra, e assim por diante. Mesmo depois de várias revisões, ainda restaram esses erros, pois foi um trabalho solitário e ao mesmo tempo uma luta contra uma revolução gigantesca no mundo, que afeta desde o microcosmo das relações humanas até o macrocosmo das reflexões teóricas abstratas próprias dos grandes profetas da humanidade, uma revolução que em poucos meses está fazendo desabar e ruir todos os conceitos e referências existentes e tornando, paradoxalmente (como tudo na globalização), extremamente rica a discussão sobre o vazio para o qual estamos caminhando, discussão essa que está se tornando vazia, pois esgotaram-se os parâmetros para se avaliar o mundo novo que está sendo involuntariamente construído (a “**destruição-criadora**”, como disse um dos profetas atuais). Isso sem falar nas “opções” do editor de texto Word.

ERRATA (CONFORME REGRAS ORTOGRÁFICAS VIGENTES EM 2000):

Pg.	Onde se lê	Leia-se:
2	autorização autor	autorização do autor
5	são o que tornam	são o que torna
7	pré-fixado	prefixado
7	a. a	a. a.
10	é tratado com atenção especial	ele é tratado com atenção especial
19	14/1/90	14/3/90
19	15/1/90	15/3/90
20	15/01/90 [no gráfico]	15/03/90
todas	invés de	em vez de
57	dia a dia	dia-a-dia
74	Pré-fixado	Prefixado
75	de se estimar	a estimação de

80	adiantamente	adiantadamente
80	6.043,73	6.043,37
81	15/1/90	15/3/90
98	Janeiro/89 (na tabela)	Janeiro/88
99	ficou com em	ficou em
113	recém criado	recém-criado
117	crescimento ecômico	crescimento econômico
119	Em 13/1/90	Em 15/3/90
119	Em 15/1/90	Em 15/3/90
120	Inicialmente (15/1/90	Inicialmente (15/3/90)
123	<b>O Plano Collor I (15-1-90)</b>	<b>O Plano Collor I (15-3-90)</b>
175	querer que elas	querer que as pessoas
179	pela queda	por causa da queda
180	neo-liberais	neoliberais
183	recém criadas	recém-criadas
183	picuína	picuinha
185	diferente do Japão	diferente da do Japão
185	em substituição à uma	em substituição a uma
185	reelegesse	reelege-se
185	de trabalho de de 35	de trabalho de 35
187	neo-liberais	neoliberais
187	neo-liberal	neoliberal
188	neo-liberais	neoliberais
189	REALIADE	REALIDADE
189	neo-liberalismo	neoliberalismo
189	direitos, e	direitos e
189	neo-liberal	neoliberal
189	neo-liberalismo	neoliberalismo
190	neo-liberais	neoliberais
190	neo-liberalismo	neoliberalismo
191	frustrados	frustradas
192	têm idéias	tem idéias
193	mas cujos efeito	mas cujos efeitos
198	privados e estatais R\$ 20,3	privados R\$ 20,3

201	“intervém”	“intervem”
203	recém devolvido	recém-devolvido
203	<i>circuit-break</i>	<i>circuit-brake</i>
208	recém nomeado	recém-nomeado
210	revolucionária)	revolucionaria
211	Mas o país, já era o sexo	Mas o país já era o quinto
215	que, porém, queira	que, porém, queria
216	da dívida interna e externa	das dívidas interna e externa
216	12 dias pressionaram	12 dias pressionou
221	limitado a	limitados a
223	setorer	setores
223	e do “risco Brasil”	(“risco Brasil”)
225	do que o que	do que elas
226	recém saído	recém-saído
250	Recolhiemento	Recolhimento
252	recém mudado	recém-mudado
254	mais da metade de um	mais da metade do que um
254	Tragédia Conforme	tragédia conforme
255	sujeição ao imposto de entidades imunes	sujeição de entidades imunes ao imposto
255	pré-determinado	predeterminado
264	um dos dos motivos que levou à onda de fusões	um dos fatores que levaram à onda de fusões
266	deve caracterizar	devem caracterizar
266	urgência que devem	a urgência que devem
268	violenta do Washington	violenta do que Washington
269	Total 101.482 vagas	Total 74.592 vagas
270	R\$ 750,00	R\$ 650,00
270	e os cargos de nível superior	e os salários dos cargos de nível superior
270	R\$ 1.700,00	R\$ 1.500,00
270	R\$ 1.400,00	R\$ 1.300,00
274	para o qual	para a qual
276	analfabetismo é total	analfabetismo são totais
278	pessoas favoráveis à uma	pessoas favoráveis a uma
279	180 países	182 países
284	à situação em que	à situação que

<b>284</b>	neo-liberais	neoliberais
<b>290</b>	Este imenso capital têm feito	Este imenso capital tem feito
<b>295</b>	jamais se imaginou	jamais foram imaginadas
<b>298</b>	arrecados	arrecadados
<b>298</b>	mistérios que se tornam impossíveis de esconder	mistérios de continuidade impossível
<b>300</b>	entre a MCIWorldCom e a	da MCI WorldCom com a
<b>311 a 315</b>	*	*

\* Por lapso na conversão do arquivo em Page Maker para formato PDF, o item 26 do livro, das páginas 311 até a 315 ficou reproduzido com falhas, algumas observações faltando e com letra muito pequena, pois ainda estava em revisão. Por este motivo este item é aqui novamente reproduzido com as correções a partir da próxima página.

PG. 311:

## 26. A IRRESPONSABILIDADE FISCAL DE ONTEM E A IRRESPONSABILIDADE POLÍTICA DE HOJE



*Luiz Antônio Fleury Filho, ex-promotor de justiça e governador de São Paulo pelo PMDB, de 1.991 a 1.994*



*Mário Covas, engenheiro civil e químico industrial, governador de São Paulo pelo PSDB, de 1.995 a 2.002.*



*Luiz Estevão, empresário, ex-senador pelo PMDB, o primeiro parlamentar a ser cassado pelo Senado na história brasileira (em 28.06.2000).*

### O PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

“O ex-governador **Fleury**, hoje deputado federal pelo PTB, deixou para o seu sucessor uma grande herança: o servidor público estadual foi reduzido literalmente à **escravidão**, como vimos: professores, policiais e demais servidores, principalmente os que não ocupavam cargos de nível superior, chegaram a receber salários que não eram suficientes sequer para pagar despesas próprias do serviço como transporte e alimentação. Os servidores não ganhavam sequer para trabalhar. Pagava-se para trabalhar, o que significa **escravidão**. (veja pgs. 109 e 270). Nos últimos dias de seu mandato, o ex-governador assinou decreto concedendo um aumento para policiais, tirando-os da **escravidão** e elevando-os à condição de **miseráveis**, como hoje. O mesmo ocorreu com os professores, que não tiveram aumento, porém.

Em 1.994, o serviço público no Estado mais rico do país (e nos demais então não há o que comentar) já estava aniquilado. Escravidão e serviços insalubres, perigosos e degradantes como lidar com cadáveres, assassinos, loucos, viciados, presos, doentes e alunos pobres que não conseguiam aprender por ter fome, fizeram com que muitos servidores se corrompessem, se tornassem relapsos ou então se entregassem ao vício da bebida ou até se suicidassem, como ocorre com policiais militares que vivem um cotidiano de desgraça na rua e em suas casas, devido à miséria. Coisas assim são o que se procura evitar com a lei de responsabilidade fiscal. O alto endividamento público dos antecessores foi resolvido via aniquilação de salários. Com isso, criou-se um ambiente totalmente favorável à formação de “**bandas-podres**”.

O “**massacre do Carandiru**” (o assassinato de 111 presos numa rebelião), ocorrido em 1.992, em seu governo, ficou na lembrança da população para sempre. No governo Covas, o caso da “**favela Naval**”, em 1.997, foi a maior marca: inocentes foram torturados e mortos por policiais covardemente. Contrastes como esses são o que serve de parâmetro para o eleitor na hora do voto. A **escravidão** foi o que gerou os **assassinos** da favela. O sucessor, **Mário Covas**, encontrou um quadro de desgraça tão grande no servi-

ço público estadual que não era possível se saber por onde começar. Os professores tiveram aumentos que os resgataram da **escravidão** e os colocaram na **miséria** dos dias atuais. Nas polícias, o “circo” continuou como antes: ineficiência e corrupção (fugas de cadeias e presídios, fraudes no Detran, com destruição de milhões de documentos em incêndio criminoso, tráfico de drogas liberado ...). Após cinco anos e meio de governo e 100% de inflação, servidores como policiais tiveram apenas 10% de reajuste em seus salários em 1.997. O “circo” começou a se desmanchar. Na escola pública, em 2.000, completavam-se mais de dez anos de falência total da educação e quatro anos de “repetência zero”, fazendo com que todos os formados nos últimos dez ou quinze anos se tornassem **párias**. Assim, a violência explodiu e se tornou incontrolável, não havendo mais como contê-la. Parte disso deveu-se ao **direito penal mínimo** das leis 9.099 e 9.714, esta última, aliás, que beira a **inconstitucionalidade** por afetar a **moralidade administrativa**.

A **CPI DO NARCOTRÁFICO** revelou o que já era fato notório: em praticamente todo o Brasil, as polícias civil e militar estão ajoelhadas, “comendo na mão” de traficantes de drogas, que se tornaram “donos” de grandes cidades do país. A “casa caiu”. Apesar de pouco ou nada ter sido feito para resolver isso, as verdadeiras soluções, como vimos, que seriam as mais eficientes, estão fora da alçada dos governadores. Além da óbvia inexistência de vontade política, eles são reféns dos direitos adquiridos, das”

### PG. 312:

“bandas podres e do corporativismo (no momento de se efetuar alguma sindicância). O maior indicativo da letargia dos atuais governadores era o fato de alguns de seus antecessores aparecerem na televisão os criticando, dizendo que em seus mandatos havia mais segurança. Eram os culpados julgando os inocentes. No início da década de 90, o servidor público **escravo** era visto como um fracassado na vida. Com a crise atual, todos sonham em se tornar servidores públicos **miseráveis**.

Em junho de 2.000, o governo federal anunciou um pacote de cerca de R\$ 2,9 bilhões (até 2.002) para a segurança pública e um conjunto de medidas, algumas das quais úteis. A primeira parcela a ser distribuída para os Estados para estes financiarem a segurança pública seria da ordem de R\$ 300 milhões até o fim de 2.000. Isso seria fruto de um enorme esforço, pois o país buscava atingir as metas de superávit fiscal ditadas pelo FMI. Somente no TRT de São Paulo, houve R\$ 169 milhões desviados com o superfaturamento da obra que levou à cassação do Senador **Luiz Estevão**. Enquanto um enorme esforço se faz para conseguir verbas, rios de dinheiro somem pelo ralo da corrupção. O fórum do TRT foi apenas uma das milhares de obras superfaturadas no país.

Um verdadeiro plano de segurança começaria pela raiz do problema: a extinção sumária das polícias, com a exoneração de todos. Assim, as “bandas podres”, a ineficiência e a incompetência iriam todas por água abaixo de uma só vez. Depois, uma nova polícia seria criada: competente, bem remunerada, honesta, menor, única e **municipalizada**, como defendem os melhores especialistas em segurança. A Polícia Federal continuaria a existir, com suas atribuições atuais, sendo também totalmente reformulada, com novas pessoas.

Uma **operação “mãos limpas”** eliminaria a corrupção dentro do Ministério Público (que é quem fiscaliza a polícia), do Poder Judiciário e da classe política. Por melhores que fossem as medidas do plano, não adiantaria coisa alguma encher com R\$ 2,9 bilhões uma caixa d’água furada.

O principal a ser feito é tampar os buracos, como aconteceu com a cassação do mandato do Senador. Não adianta equipar a “banda boa” e deixar a “banda podre” por tudo a perder. A fase atual de crescimento da violência é produto exclusivo das “bandas podres”, que em vários lugares já se confundem com as próprias instituições que as abrigam.

A **CPI do narcotráfico** foi um dos melhores trabalhos de investigação (por parte de parlamentares) efetuados no Brasil. Mais de **160 pessoas** (autoridades e empresários) em todo o país foram **presas**. Muitas cabeças rolaram, apesar de não se indiciar pessoas em número relativamente significativo (só uma “pontinha do **iceberg** foi descoberta). A corrupção dessas 160 pessoas presas não é de hoje, é coisa que já é assim há dez, quinze, vinte anos. Os criminosos envolvidos nos escândalos já estavam no poder há muitos anos, roubando e matando os outros. Isso não era coisa nova. Além disso, durante a **ditadura militar**, mui-

tos delegados estaduais, federais, magistrados e promotores foram **nomeados sem concurso público**, lotando a Administração de pessoas incompetentes e com “rabo preso” (muitas das quais aproveitaram para interferir em concursos públicos posteriores, para abarrotá-la de parentes e amigos que fizeram o mesmo depois), a maioria dos quais já está se aposentando hoje ou já se aposentou, advindo daí grande parte da inércia do Poder Judiciário diante de tantos bandidos. A novidade é o fato de a economia não ter crescido tanto neste período, ao mesmo tempo em que o desemprego aumentou e o volume do tráfico de drogas cresceu a ponto de sobrepujar as demais atividades empresariais. Além do fim da censura dos jornais e da televisão, que colaborou para explicitar a podridão do país, que sempre existiu (sendo, até, um dos pretextos para o golpe de 64), o volume de tráfico de drogas cresceu a ponto de se tornar uma das principais atividades econômicas do país. O fim do serviço público aliado a isso fez com que crimes diversos, mas todos relacionados com tráfico (como homicídios, furtos, roubos, lavagem de dinheiro, corrupção passiva e ativa ...), pululassem. O fato de o Brasil ter fronteiras com países produtores de drogas também agravou a situação. A Colômbia é o maior exportador de cocaína do mundo e lá todos já estão com seus dias contados, só esperando a hora de morrer. O Peru é o segundo colocado. Na Bolívia, o problema se repete. Com isso, o norte, o nordeste e o centro-oeste do Brasil, as regiões mais pobres do país e também as mais próximas da fronteira, já são “terras de ninguém” há muitos anos (haja vista as centenas de invasões de terras promovidas pelo MST, que já são um caso de guerra no centro-oeste do país). A CPI ainda revelou que o Suriname é um exportador de drogas e que seu presidente é traficante, ao mesmo tempo em que o seu embaixador no Brasil já havia sido condenado por tráfico no exterior. No Paraguai, o general Lino Oviedo, que matou o presidente do país numa tentativa de golpe militar, sendo preso depois, é um dos maiores traficantes do Paraguai. No México, conforme já se sabe, o irmão do ex-presidente Salinas, além de assassino, é traficante. O México é o lugar que mais envia cocaína para os EUA. O Brasil está cercado, por todos os lados, de países que já se renderam ao tráfico.

No Brasil, a CPI revelou o envolvimento de grandes empresários, deputados federais, deputados estaduais, delegados federais, delegados estaduais, deputados estaduais, presidentes de Assembléias Legislativas, fiscais da receita federal, fiscais das receitas estaduais, prefeitos, governadores de Estado, comandantes gerais de polícias militares e secretários de segurança pública com o tráfico e outros crimes em diversos Estados da federação. A CPI fez uma varredura por todo o país, chegando até as Regiões Sul e Sudeste, as mais ricas, mostrando que mesmo onde se imaginaria haver alguma seriedade a polícia e a magistratura estão tão podres quanto em “terras de ninguém” como Maranhão, Piauí, Acre, Mato Grosso e outros Estados onde não existe lei e os governos não passam de uma brincadeira de faz-de-conta: as investigações chegaram até a cúpula da Polícia Civil paranaense, com a revelação do envolvimento do Delegado Geral de Polícia e do Secretário de Segurança Pública com o tráfico. A vinda da CPI para São Paulo revelou a “banda podre” das Polícias Civil e Militar de Campinas. Com o avanço das investigações”

### PG. 313:

“rumo ao topo da pirâmide da criminalidade, chegando-se à capital paulista e a grandes cidades do interior, no entanto, o presidente da CPI, Magno Malta, foi ameaçado de morte, como em todos os lugares em que a CPI esteve. Os deputados revelaram que a “**banda podre**” da polícia civil paulista havia destacado um grupo de 12 policiais e criminosos para assassinar o deputado. Na reta final, a CPI terminou e alguns deputados disseram que foram ameaçados dentro do próprio Congresso Nacional. Enquanto isso, o então governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, dizia que não havia “banda podre” na Polícia. Esses eram os motivos principais da fase inédita de aumento da violência no Brasil. O “banho de sangue” começava no país com esta desmoralização definitiva das autoridades e com polícias civis e militares, em quase todos os Estados da Federação, que não passavam de cadáveres totalmente carcomidos pela corrupção e cuja imagem das instituições era o próprio odor da putrefação. Como seu viú em toda a obra, no entanto, os próprios governadores de Estado, mesmo que quisessem se empenhar em resolver as coisas, estavam de “**mãos atadas**” diante de tanta podridão e diante de tantos direitos adquiridos consagrados. No Rio de Janeiro, por exemplo, o governador Garotinho era um dos poucos do país que estava “se mexendo” e tentando fazer alguma coisa quanto a isso, mas como seria um trabalho que levaria todo um mandato, além do que o “banda podre” da polícia carioca colocou o governador na parede com a ameaça de soltar as rédeas,

deixando a criminalidade pulular se houvesse alguma atuação no sentido de “limpar a polícia”, o que levaria à sua impopularidade, o ânimo moralizador arrefeceu-se, tendo, inclusive, um dos principais colaboradores do governador pedido exoneração e se mudado para os Estados Unidos para não ser morto. A perda de controle da situação fez o naufrágio do Estado se acelerar, tornando-se a própria “banda podre” e os bandidos vítimas da violência, que se alastrou desenfreadamente, pois a “banda boa” das instituições em vários lugares funcionava como um “bando de palhaços” de um circo (servindo apenas de pretexto para a continuidade de instituições que só servem para arrecadação de propinas), circo esse que começou a se desmanchar devido ao excesso de ocorrências que inviabilizaram a própria continuidade da “palhaçada”. Assim, os próprios ladrões que ocupam cargos públicos começaram a morrer, não aproveitando mais as próprias propinas. Com isso, o **Plano Nacional de Segurança Pública**, divulgado no final de junho de 2.000 pelo presidente, apesar de ter pontos positivos, foi praticamente inútil. O país precisava de uma operação “**mãos limpas**”, como na Itália, ou, melhor do que isso, a extinção sumária do serviço público, regra válida também para a Administração Pública Federal, que poderia ser extinta numa fase posterior, evitando-se um vácuo de poder durante alguns instantes. A colocação do Exército nas ruas, como propunha o Senador ACM, seria um “tiro no próprio pé”, pois a contaminação dos servidores pela corrupção seria mais rápida do que uma sublimação. O **descontrole** a que se chegou ensejaria, talvez, até, paradoxalmente, invés de uma operação “**mãos limpas**”, a **extinção** da Administração conjugada com uma **anistia geral** (como em **1.979**) para todos (com exceção de crimes de violência contra a vida), incluindo-se até os próprios traficantes (isso porque, se uma operação destas fosse feita, a justiça e a polícia não dariam conta de tantos inquéritos e processos que resultariam daí). A partir disso, iniciar-se-ia um período de rigidez. Ilícitos como os do prédio do TRT seriam resolvidos apenas com a devolução do dinheiro e dinheiro de tráfico “lavado” poderia ser considerado lícito. Daí em diante, quem quisesse partir para o crime seria apenado severamente, sem qualquer tipo de benefício como os das leis 9.099/95 e 9.714/98, que, aliás, seriam revogadas. O mesmo valeria para coisas como progressão no regime de cumprimento da pena e livramento condicional após cumprida parte da pena. Assim, limparia-se a pauta da polícia e da justiça. Alguns hoje, provavelmente, já estão vendo a desgraça provocada pela sua corrupção e não têm mais como voltar atrás. Os corruptos arrependidos poderiam se redimir, alguns traficantes poderiam iniciar uma vida honesta e os políticos poderiam “desprender os seus rabos”. Depois disso, aí sim, “tolerância zero” (as “janelas quebradas”) para tudo e para todos.

Como na Colômbia, a proposição de uma idéia deste tipo ensejaria o assassinato dos seus defensores pelos criminosos, pois os corruptos e ladrões estão cegos diante de tanto dinheiro. Há dois mil anos, Cristo esteve na Terra e disse: “**Atire a primeira pedra quem estiver isento de pecado**”. É o que está acontecendo hoje novamente. Há corrupção porque alguém votou errado, há tráfico porque alguém consome drogas, há cobrança de propinas porque as próprias pessoas não pagam impostos ou querem infringir a lei (como os “perueiros”, os compradores de produtos pirateados, os consumidores que não exigem notas fiscais e camelôs, que estão minando o Estado também, através da transferência de recursos que deveriam beneficiar todos — os impostos — para alguns: os fiscais; o que acaba por prejudicar todos). Chegou-se a uma mixórdia, uma bagunça tão grande que só pode ser comparada ao mesmo atraso intelectual, cultural e moral da humanidade daqueles remotos tempos de Cristo. Pessoas com sessenta anos de idade ou mais, hoje, já vivem o ocaso de uma vida maravilhosa e rica em que músicos como Bethoven, Mozart, Chico Buarque, Tom Jobim, Gal Costa, Elis Regina, ... e filósofos e pensadores como Hans Kelsen, Weber, Hannah Arendt, Karl Marx, Adam Smith, Sócrates, Platão, Aristóteles ... eram as referências mínimas de conduta ou reflexão; com a suprema degradação dos dias atuais, sentem-se mais velhas e impotentes ainda, tornando-se verdadeiros matusaléns incompreendidos e desconhecidos. Coisas antigas, abstratas, subjetivas e até certo ponto inúteis (mas que são uma reflexão instigante) como definir o que vem a ser **moral**, discutidas há muitos séculos por personagens como Santo Agostinho ou Santo Thomaz, passaram a ser motivo de crise existencial para os velhos de hoje. Passaram toda uma vida de uma maneira e hoje tudo está pelo avesso. Depravação sexual e crime, que eram coisas inaceitáveis, proibidas e (ou) imorais, tornaram-se coisas comuns e aceitáveis. Avanços aconteceram, porém: rigorosas normas de comportamento, que até certo ponto eram ridículas (aquela história do “não pode e pronto” — a mesma malcriação idiota, aprendida nos quartéis de antigamente, de muitos ex-militares que até hoje comportam-se como moleques nas entrevistas, não respondendo às perguntas e ainda profundamente enfurecidos com coisas que nem existem mais), terminaram.

Já pessoas de vinte cinco a cinquenta anos de idade, as “vacas de presépio” formadas pela ditadura militar (a xucrice dos”

### **PG. 314:**

“generais latino-americanos erradicou o comunismo, mas produziu nações de “recrutas-zero”, à esquerda, com a censura e a repressão), vivem no mundo particular da criação de seus filhos (algo que faz parte da vida também). Esses filhos, que são os jovens de hoje, são as “vacas de presépio cegas” da escola pública da “repetência zero”, que estão no mundo dos clítoris, glandes e mamilos, com o “pensamento refrescado” (pela cerveja que “refresca até pensamento”) ou então perdidos no “mundo virtual” das ilusões das drogas. Já a geração que vem se formando agora é filha das “camisinhas furadas”. Quando são resgatados deste mundo, vão para o mundo da “salvação”, como se fossem os fariseus, samaritanos, nazarenos, publicanos, peageiros e saduceus dos tempos remotos. E isso é assim para quem tem família, pois a maior parte dos jovens hoje é constituída de pobres, órfãos, filhos de pais separados e pessoas que foram abandonadas pelos pais. É a “ninguenzada” que tanto fala o jornalista Joelmir Beting. A escrita, inventada há milênios, para nada serve: pessoas saem das escolas públicas analfabetas hoje. Músicos e artistas brasileiros desconhecidos no próprio país fazem sucesso enorme no exterior; nem mesmo sendo consagrados conseguem ter espaço no Brasil.

As dificuldades **financeiras** fazem nascer a violência dentro da própria **classe média**: quem é, por acaso, que tem paciência com um trânsito que não anda, com uma fila interminável, com um mecânico que não sabe trabalhar, com gente pedindo dinheiro toda hora, com cobranças de chefes, de pais, de mães, de filhos, de cônjuges, de credores, com um ônibus lotado e que não chega, com uma gasolina que acaba, com um combustível adulterado que se coloca, com um carro velho que enguiça por causa do mecânico de araque, com um pneu novinho que explodiu depois de passar num buraco, com uma falta de vaga no estacionamento, com uma tela de internet que não vem logo por causa da falta da banda larga, com um computador que fica desatualizado em seis meses, com um *download* lerdo, com um provedor vazio, com um celular que não funciona, com uma bateria de celular que pifa, com uma encomenda via internet que não chega? Na **classe pobre**, então, as coisas são piores ainda: além de se enfrentar coisas muito mais irritantes, não há perspectiva alguma e ainda se vive bêbado ou drogado para suportar a vida, estando-se sempre fora de si. Assim, naturalmente a violência explode, é uma exteriorização do estresse. Dinheiro não é problema, é solução, como já diz um velho ditado. Não é a arma que produz violência, é o dono da arma. Por causa dessa gente, outros estão ficando irritados também: vão perder suas armas e ficar na mão dos bandidos.

Com tudo isso, forma-se, sobre o território brasileiro, como na Colômbia, um “**buraco-negro**” que suga toda a matéria ao redor, desintegrando-a e liberando-a em outra dimensão (que existe mesmo, os cientistas já tentam encontrar a prova de que os “buracos-negros” transferem matéria de um lugar para outro). Todas as soluções são conhecidas. As pirâmides do Egito, o coliseu, os templos gregos, as construções dos Incas e Maias, os castelos medievais ... todas essas construções são o que restou de vários povos que marcaram para sempre a História da Humanidade e que jamais serão esquecidos. Faltam poucas horas para o século XXI. O desaparecimento da Atlântida é um mistério que atormenta até hoje todos os historiadores. Ela existiu mesmo? O mesmo acontecerá com o Brasil. Ninguém jamais acreditará que em pleno século XXI um povo que constituía a oitava economia do mundo desapareceu. Isso é um desastre que não tem paralelo em qualquer época ou lugar em toda a História e também é tão grande que jamais será repetido. O avanço do capitalismo e do imperialismo, no Oriente Médio, por exemplo, melhorará muito a vida das pessoas num momento inicial. Mas depois a mesma degradação atual da América Latina e do leste-europeu se observará: tráfico, máfias, “lavagem de dinheiro”, violência e mortes. A diferença lá é que não existe tanta desigualdade social como no Brasil e esses lugares sempre foram atrasados, não havendo motivo para perplexidade, é uma conseqüência absolutamente natural. **O Brasil não. O Brasil jogou tudo fora.** A revolução da Internet tem potencial de reverter tudo isso, mas é um potencial de magnitude compatível com a decadência, ou seja, os dias atuais serão dias de um verdadeiro **juízo final**. Se houver uma reversão disso tudo, o que é improvável, no futuro também ninguém acreditará que um dia chegou-se a um “fundo de poço” como hoje.

Quanto à **reforma tributária**, coisas como alterações na **base de cálculo** de alguns impostos (para impedir que um mesmo valor servisse de base de cálculo para incidência de impostos diversos — os “**impostos em cascata**”, que diferem da “**não cumulatividade**” [débitos e créditos de impostos nas sucessivas fases de comercialização]) já seriam uma grande ajuda para as empresas, mas fatalmente implicariam em redução de receitas para o governo. Seria algo que cada ente da federação isoladamente ou em conjunto, no caso dos Estados, poderia fazer, reduzindo-se a necessidade de consenso. Havendo redução das receitas, qualquer reforma que se fizesse resultaria fatalmente em uma farsa: “dar-se-ia com uma mão e tirar-se-ia com a outra”, continuando tudo como “**dantes no Quartel do Abrantes**”, como já dizia o jornalista Murilo Antunes Alves há mais de quinze anos no Jornal da Record. Como já diziam ainda naquele tempo, “**desvestir-se-ia um santo para vestir outro**”.

A **lei de responsabilidade fiscal (lei complementar federal 101/00, de 4 de maio de 2.000)** também pode se tornar uma piada: no momento de sua aplicação, os congressistas poderiam fazer uma lei de anistia, como aconteceu com o Senador Humberto Lucena, no início do governo FH: ele havia utilizado a gráfica do Senado para produzir material de campanha e foi condenado. O Congresso fez uma lei exclusiva para anistiá-lo, ficando o presidente FH na parede: se ele vetasse a lei, perderia o apoio no Congresso. E isso não será difícil acontecer: a lei, “engessou” ainda mais os governadores e prefeitos, colocando um ponto final nos gastos públicos inseqüentes (fim de renegociação de dívidas pela União, fim do uso da “máquina” nas campanhas eleitorais, fim das dívidas a serem pagas pelos sucessores, teto de gastos com funcionalismo e prazo para cumprimento, estipulação de teto de endividamento público, fim da “guerra fiscal”, entre outras medidas). No entanto, como vimos, muitos direitos adquiridos já estavam constitucionalmente assegurados, o que multiplicaria os paradoxos jurídicos. Governadores”

### PG. 315:

“e prefeitos que já estavam entre a “cruz e a espada”, “não podiam ficar parados, senão o bicho comia, não podiam correr, senão o bicho pegava”. A lei veio finalmente, mas formou-se uma verdadeira **usina** de paradoxos jurídicos monstruosos. O descumprimento da LRF era estimulado pelas penas previstas para a não obediência dos limites, que eram brandas demais, como queriam os políticos. A lei **foi um avanço enorme**, mas veio tarde demais: **os prefeitos e governadores perderam o cartão de crédito, perderam o cheque especial e ficaram sem talão de cheque**: praticamente tinham de governar com o que tinham de dinheiro no “bolso” só, como obviamente tem de ser. Os direitos adquiridos (que devem ser respeitados, obviamente) tornavam a LRF uma **faca de dois gumes**: sem poder reduzir despesas como salários, benefícios e dívidas, a saída seria sacrificar despesas como tudo o mais que se faz necessário, como combustíveis, manutenção, papéis, computadores, automóveis, ... Assim, mais uma vez os governadores e prefeitos eram colocados na parede: em um momento de grave elevação dos índices de violência, a polícia foi obrigada a ficar nos quartéis e nas delegacias, “de molho”, para economizar recursos e assim se obedecer aos limites da LRF.

### Algumas das medidas da LRF (Lei complementar 101/00, de 04.05.2.000):

\* *definição da receita corrente líquida (na União, por exemplo, é o somatório das receitas menos as receitas repassadas a Estados e Municípios de acordo com a Constituição);*

\* *limitação da renúncia de receitas (art. 14), o que contribui para diminuir a “guerra fiscal” (as renúncias não podem afetar as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO); o governador Covas, de São Paulo, nesse ponto, era o único do país que defendia a responsabilidade fiscal (era um guerreiro solitário e o único que tinha razão);*

\* *limitação das despesas com pessoal (ativo, inativo e pensionistas) a 50% da receita corrente líquida na União e a 60% no caso dos Estados e Municípios; deixou-se uma “brecha”: as contratações de serviços terceirizados não estariam inclusas neste limite de 50 ou 60% (art. 19);*

\* *dos 50% de receitas gastas com pessoal na União, o pessoal do Legislativo e do TCU ficaria com 2,5%, o pessoal do Judiciário ficaria com 6%, o pessoal do Executivo ficaria com 40,9% e o pessoal do Ministério Público federal ficaria com 0,6% — esses valores eram rígidas regras de repartição e não limite de*

*gastos, ou seja, eram o que cada grupo teria como receita garantida, o mesmo valendo para os mesmos entes nos Estados e Municípios (art. 20, I);*

*\* dos 60% de receitas gastas com pessoal nos **Estados**, o pessoal do Legislativo e do TCE (Tribunal de Contas Estadual) ficaria com 3%, o pessoal do Judiciário ficaria com 6%, o pessoal do Executivo ficaria com 49% e o pessoal do Ministério Público Estadual ficaria com 2% (art. 20, II);*

*\* dos 60% de receitas gastas com pessoal nos **Municípios**, o pessoal do Legislativo ficaria com 6% e o pessoal do Executivo ficaria com 54% (art. 20, III);*

*\* estipulação de sanções (todas brandas — nada de prisão ou perda de mandato em curso) para descumprimento da lei no art. 23, § 3º.: não recebimento de receitas voluntárias (recursos vindos de outro ente a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira — não são os repasses que os entes são obrigados a repassar conforme dispõe a Constituição Federal), não obtenção de garantia direta ou indireta de outro ente e proibição de contratação de operações de crédito;*

*\* definição de itens que compõem o endividamento público (como dívida consolidada, dívida mobiliária, operação de crédito, concessão de garantia e refinanciamento da dívida mobiliária — art. 29) e dos limites desse endividamento (a serem propostos pelo presidente para apreciação pelo Senado e pelo Congresso, que faria nova lei estipulando valores a serem obedecidos — art.30);*

*\* imposição de condições mais severas para as operações de **ARO** (Antecipação de Receita Orçamentária — art. 38);*

*\* proibição das dívidas deixadas para os sucessores pagarem (os **restos a pagar** — art. 42);*

*\* obrigatoriedade da emissão de **Relatório de Gestão Fiscal quadrimestral** pelo presidente, pelos governadores e pelos prefeitos;*

*\* redução de jornada de trabalho, com proporcional **redução de salários**, para atendimento dos limites fiscais (algo que geraria muita controvérsia jurídica com bons argumentos contrários).*

Assim, **novos concursos públicos e aumentos de salários tornaram-se impossíveis**. Só haveria espaço para poucos concursos e aumentos irrisórios. Mais uma razão para se efetuar a **extinção do serviço público**: é, agora, a única maneira de aumentar salários e aumentar a eficiência da Administração. **Novos concursos e novos funcionários: menos gente ganhando mais**, que é o que está acontecendo nas empresas com o avanço da tecnologia.

O mesmo problema da anistia para o Senador Lucena vale para a **reforma política**: as leis eleitorais mudam a cada eleição, sempre para favorecer os que querem fazer os sucessores. Uma vez feita, no entanto, a fidelidade partidária, o voto distrital-misto (explicado na página 277), o financiamento público de campanhas (algo que ajuda os partidos pobres, mas que é inútil diante do poder econômico dos *lobbies* e do uso da “máquina”), a cláusula de barreira (as legendas que não atingirem uma porcentagem dos votos ficariam excluídas do horário eleitoral e do financiamento público de campanha) e o fim das coligações proporcionais (candidatos de pequenos partidos, coligados com grandes partidos, elegem-se com poucos votos) podem realmente produzir algum efeito. Adotadas todas estas medidas, estaria montado um cenário propício para o **parlamentarismo**, que facilitaria a obtenção de consensos. Isso independe de nova Constituição Federal. Todas essas coisas e mais o Controle Externo do Poder Legislativo, na forma mostrada na página 242, podem contribuir para significativa melhoria da qualidade dos políticos.”

# ATUALIZAÇÃO ATÉ 2001:

PG.	ATUALIZAÇÃO PARA 2001
147	<p><b>CONVERSÃO DE SALÁRIOS EM URV EM 1994 — “ESQUELETO” DE CENTENAS DE BILHÕES DE REAIS:</b> A conversão de salários pela média em URV em 1994 gerou perda de 33,76% aos salários no setor privado e aos salários e benefícios no setor público. Para recompor esta perda seria necessário um reajuste de 50,97% (<b>página 108, tabela 41, e página 146</b>). Isso significava, por exemplo, que somente no setor previdenciário federal (INSS e governo federal) haveria um rombo de quase <b>170 bilhões de reais</b> referentes ao período 1995/1999, quando as despesas com o pagamento de benefícios para servidores inativos federais e trabalhadores do setor privado chegaram a <b>330 bilhões de reais</b> (ver <b>tabela 59, na página 222</b>).</p> <p>Considerando-se o período 1994/2001 e os salários dos servidores ativos também, facilmente poderia se chegar a um rombo de quase <b>500 bilhões de reais</b>, devido à necessidade do pagamento retroativo das perdas de 33,76% em cada ano a partir da conversão. Isso sem falar na necessidade de reajuste dos salários e benefícios atuais em <b>50,97%</b>.</p> <p>Essas centenas de bilhões de reais foram o que o governo economizou ao longo de sete anos (março/1994-julho/2001). O rombo do Fundo de Garantia gerou um “esqueleto” de <b>40 bilhões</b> de reais (Planos Verão/89 e Collor I/90). A decisão da justiça pelo pagamento das diferenças da correção do FGTS levou a um abalo no mercado financeiro. Um “esqueleto” (dívida governamental que surge de repente, no futuro, motivada por algum fato do passado, como os planos econômicos; exemplo: depois de vários anos, a justiça reconhece algo e o governo é obrigado a pagar, como ocorreu com o FGTS) desse destruiria o Real, pois provocaria um abalo enorme no mercado financeiro, pois é algo que tem o tamanho semelhante ao de toda a dívida pública atual [2001], que é impagável.</p> <p><b>ALENTOS:</b></p> <p>1) O Poder Judiciário jamais reconhecerá estas perdas; primeiro porque já houve prescrição (por se tratar de direito trabalhista e já se terem passado cinco anos, conforme prevê a própria Constituição); segundo porque o cálculo da perda, embora envolva cálculo matemático de primeiro grau que um adolescente de 14 anos de idade já seria capaz de fazer, é trabalhoso e supera enormemente a capacidade de raciocínio matemático da esmagadora maioria dos juízes (que escolheram essa profissão justamente para não ter de calcular mais coisa alguma na vida).</p> <p>2) O reconhecimento de um “esqueleto”, um “rombo”, de 500 bilhões de reais pela justiça destruiria a estabilidade econômica e o próprio país, pois quase toda a sociedade (os contribuintes) seria obrigada a pagar para si mesma uma enorme quantia. A mixórdia seria semelhante ao caos das enchentes em São Paulo, no governo Piltta, em 2000: foram tantos prejuízos que Prefeitura Municipal seria obrigada a pagar indenizações para todos, sendo que todos acabariam pagando a conta via aumento de carga tributária para custeio da dívida judicial. Por este motivo, uma notícia desta jamais seria divulgada pela imprensa, pois colocaria tudo a perder, e o Poder Judiciário denegaria liminarmente um eventual pedido de reconhecimento da perda.</p> <p>Estamos aqui apenas noticiando este fato histórico, que passou despercebido por absolutamente toda a imprensa, por todos os economistas, por todos os juristas, por todos os políticos e até mesmo pelos sindicatos. Na elite do país e em todas as esferas de governo impera um verdadeiro jogo de “faz-de-conta”: processos arquivados, benesses legais para criminosos do colarinho branco, jurisprudências teratológicas (absurdas), leniência, superficialidade, nomeações fraudulentas em concursos públicos, “deixa-disso”, “panos-quentes”, retórica e ausência de atitudes por pura ignorância por parte de quem as devia tomar.</p> <p>Até mesmo nos sindicatos de trabalhadores impera um “jogo de cena”: os sindicalistas devem sempre criticar, mesmo que não tenham razão, pois ao se meterem nesta atividade colocam-se contra os patrões e passam a depender dos mandatos de representação sindical que lhes servem de manto contra demissões em retaliação e contra futura inelegibilidade. Os sindicalistas, assim, passam a atuar sempre contra tudo e contra todos, para garantia da simpatia dos sindicalizados, que passam a servir de escudo do re-</p>

	<p>presentante sindical e não o que realmente deveriam ser: pessoas organizadas que têm seus direitos e interesses defendidos pela liderança sindical. Neste jogo, saem perdendo os empregadores e os empregados, pois a liderança sindical passa a ser um inimigo dos empregadores e um dependente dos empregados. O sindicalista torna-se um refém: terá de ser representante para sempre.</p>
195	<p><b>A CRISE ARGENTINA DE 2001:</b> na Argentina, completava-se, em 2001, dez anos de atrelamento do peso ao dólar através de LEI. Todas as operações financeiras na Argentina podiam ser realizadas em peso e em dólar. A maioria das dívidas dos argentinos passou a ser em dólar, desde a compra de um eletrodoméstico até a compra de um automóvel. Como a desvalorização do peso era proibida por lei, a Argentina sobreviveu às crises financeiras de 1994, 1997 e 1998. A desvalorização cambial brasileira de 1999 afetou duramente a Argentina, que passou a exportar menos para o Brasil. A desaceleração do crescimento econômico dos EUA em 2001 (devido ao fim do ciclo da “nova economia” — que se caracterizou por investimentos no setor de informática) e a valorização do dólar no mundo (pois os capitais rumaram para os EUA no período 99/2000) afetaram as exportações argentinas.</p> <p>A Argentina passou nos últimos anos a não ter mais como cobrir o seu déficit no balanço de pagamentos, pois o IDE (investimento direto estrangeiro) passou a preferir o Brasil à Argentina. Assim, criou-se uma pressão pela desvalorização do peso. O problema de déficit público na Argentina equivalia, em termos de proporção em relação ao PIB e em termos de prazo médio de vencimento, ao problema de déficit público no Brasil. Não havia algo que objetivamente pudesse denotar a suspensão do pagamento da dívida pública interna (cujos credores eram na maioria esmagadora internacionais, ao contrário do Brasil). Uma operação de <i>mega-swap</i> teve por objetivo alongar o prazo médio de pagamento dos títulos da dívida pública interna. Não se conseguiu obter sucesso na operação: os prazos de vencimento foram aumentados, mas os juros foram elevados, o que denotava que no médio prazo poderia haver uma decretação de moratória (suspensão de pagamento da dívida — o que se chamou pelos estrategistas do mercado financeiro de <i>default</i> ; ou seja, a Argentina entraria em <i>default</i> , ou colapso total, com quebra de bancos, falências de empresas e ruína de consumidores endividados em dólar).</p> <p>Falava-se em desvalorização porque a dívida pública também estava dolarizada. Com a desvalorização, a Argentina poderia voltar a exportar e cobrir seu déficit no balanço de pagamentos, atraindo mais IDE com o aumento da competitividade.</p> <p>No entanto, a lei de conversibilidade do peso em dólar (de 1991) criou uma situação esdrúxula e pouco discutida no mundo acadêmico: para se eliminar a inflação, opta-se por uma âncora cambial (no caso o dólar, como foi feito). Mas e depois de dolarizar a economia ou se optar pela conversibilidade (como feito em 1991), como se faz para alterar a taxa cambial a fim de eliminar o déficit no balanço de pagamentos?</p> <p>Os investidores passaram a evitar a Argentina devido à possibilidade de desvalorização, criando um cenário totalmente propício para o <i>default</i> . Porquê? Como a desvalorização só poderia ocorrer após uma nova lei, absolutamente todos ficariam sabendo dela com antecedência (pois o Congresso teria de se reunir para permiti-la). Assim, a desvalorização levaria a um <i>overshooting</i> inimaginável: a taxa cambial se elevaria até a estratosfera, pois todos trocariam pesos por dólar imediatamente, num “EFEITO REBANHO” avassalador, muito maior do que todos os que ocorreram em todas as crises cambiais de 94, 97, 98 e 99 juntas. O problema era tão grave que simplesmente ninguém poderia imaginar que se desvalorizaria ou se adotaria a moratória, mas, de repente, uma desconfiança generalizada começou a pairar sobre o futuro do país quando o presidente De la Rúa não conseguiu reunir as forças políticas do país a fim de determinar um rumo a ser seguido.</p> <p>Chegou-se a uma situação de AGONIA sem fim: não se podia desvalorizar, mas era necessário, não se podia decretar moratória (como evidentemente nunca se deve mesmo), mas o próprio mercado passou a dar sinais de que ela ocorreria. Pacotes e mais pacotes foram feitos, mas a recessão destruiu o país, que passou a esperar pelo trágico desenlace, à espera talvez de um último socorro do Fundo Monetário Internacional, que apenas prorrogaria a bancarrota para alguns anos adiante.</p> <p>Assim, a especulação mundial centrou fogo sobre a Argentina e sobre o Mercosul, atingindo em cheio o Brasil, que, por ter muitas relações comerciais com o país vizinho, passou a sofrer do mesmo mal: a desconfiança do mercado financeiro. Com isso, em seis meses, o dólar subiu de R\$ 1,90/R\$</p>

	<p>2,00 para R\$ 2,60, com previsões de que poderia chegar a R\$ 3,00.</p> <p>O Banco Central Brasileiro ficou encurralado e no pior dos mundos:</p> <p>a) não podia intervir pesadamente no mercado cambial para baixar o dólar, porque não havia reservas cambiais (só R\$ 6 bilhões estavam disponíveis para intervenção, uma quantia irrisória); teria de recorrer ao FMI para pedir novo empréstimo, mas ainda assim não haveria recursos para intervenções pesadas e prolongadas);</p> <p>b) não podia elevar abruptamente os juros, porque a dívida pública já era estava muito grande e a economia já estava entrando em profunda recessão causada pelo choque de oferta gerado pelo racionamento de energia elétrica;</p> <p>c) não podia ficar imóvel, pois se o dólar subisse incontrolavelmente poderia haver um grande impacto inflacionário, com grande chance de fazer ressurgir a indexação e a inflação inercial, que destruiriam o Real e as chances do governo em 2002;</p> <p>d) não podia colocar títulos cambiais em excesso, pois isso aumentaria ainda mais a dívida pública, o que poderia levar o país a uma situação semelhante à da Argentina (risco de moratória).</p> <p>O melhor para o país era a “quebra”, o <b>default da Argentina</b> imediatamente, pois aí estaria terminado para sempre um fator de pressão sobre o dólar no Brasil, havendo um <i>overshooting</i> que levaria apenas algumas semanas para terminar (uma grande alta do dólar, até uns 3 reais, seguida de uma rápida diminuição da cotação para algo como R\$ 2,20, R\$ 2,30).</p> <p>O prolongamento da agonia argentina e o seu inevitável <i>default</i> (não apenas financeiro, mas como país também — um país que definitivamente estaria riscado do mapa e da história) poderia carregar junto o Brasil.</p>
208	<p><b>“EFEITO REBANHO” NOS ESTADOS UNIDOS: NASDAQ SOBE 100% E DEPOIS DESPENCA 70%.</b> Durante o ano de 1996 o índice <b>Nasdaq</b> oscilou na faixa de <b>1.000 a 1.500 pontos</b>. No Início de 1998, em 2/1/98, estava em <b>1.581 pontos</b>. No último trimestre de 1998 começa uma escalada de alta: chega a mais de <b>2.200 pontos</b> no final de 98, mantendo-se na faixa dos <b>2.500 pontos</b> nos primeiros três trimestres de 1999. No último trimestre de 1999 há um movimento especulativo que <b>em quatro meses</b> faz o índice <b>Nasdaq</b> saltar dos <b>2.600 pontos</b> para mais de <b>5.000 pontos (100% de alta, atingindo o recorde em 10/03/2000, com 5.048 pontos)</b>. A partir daí há uma contínua desvalorização das ações das empresas de tecnologia, terminando o ano de 2.000 com o índice Nasdaq na faixa dos <b>2.500 pontos</b> novamente, voltando, no segundo trimestre de 2001, novamente para a faixa dos <b>1.500 pontos</b>, como em 1996.</p> <p><b>O “POUSO DA SUAVE DA ÁGUIA”:</b> no último trimestre de 1999, quando as ações da <b>Nasdaq</b> caminhavam num ritmo forte de valorização (25% ao mês), o crescimento econômico nos EUA atingiu quase 9% (taxa anualizada). Ao longo de 2000 o crescimento econômico veio diminuindo abruptamente, com a elevação de juros pelo FED, chegando a menos de 2% em taxa anualizada no primeiro semestre de 2001. O desafio nos Estados Unidos era evitar que a <b>desvalorização de 70%</b> das ações de empresas de tecnologia ao longo de 2000/2001 (queda do índice Nasdaq de <b>5.000 pontos</b> para a faixa de <b>1.500 pontos</b>) se refletisse no resto da economia, que crescia a 4,5% ao ano em meados da década de 90. A alta contínua do Nasdaq e do DJI ao longo de 1999 e 2000, além da alta abrupta de 100% do Nasdaq no final de 99 e início de 2000 contagiaram a economia, que teve o seu ritmo de crescimento dobrado também, de 4,5% para 9% ao ano. O medo do FED era que a queda de 70% do Nasdaq fizesse a economia como um todo entrar em recessão. Os juros foram então elevados para fazer com que a aceleração do crescimento econômico (de 4,5 para 9) fosse estancada, como de fato se viu em 2000. Se o ritmo de crescimento continuasse se elevando, o “estouro da bolha” da Nasdaq poderia provocar recessão, que num “efeito dominó” contagiaria o resto da economia e provocaria uma recessão artificial que seria resultado puro e simples da “mão invisível do mercado” (que fez a economia crescer mais do que seria normal), “mão” essa que levaria à recessão setores não ligados à tecnologia, que seriam atingidos inutilmente e poderiam provocar o fim do mais longo período de crescimento econômico já visto nos EUA. O “pouso da suave Águia” tão falado era justamente isso: a águia americana voou muito alto e ela precisava voltar para a sua altura normal e não despencar ao chão para depois ter de subir de novo, ou seja, era preciso fazer a economia voltar a crescer normalmente e não artificialmente, pois depois que o “efeito rebanho” terminasse, poderia haver o início de um período recessivo que poderia perdurar por</p>

um tempo indesejável, apenas compensando o excesso de crescimento. É melhor crescer pouco ou normalmente e não crescer muito e depois diminuir muito, para depois voltar a crescer normalmente. O objetivo do FED era evitar oscilações bruscas do crescimento, mantendo-o estável. A famosa **CRISE DE 1929** ocorreu justamente em função do “estouro de uma bolha” do mercado acionário: Muitos acreditaram tanto no futuro que fizeram ações se valorizar abruptamente em curto espaço de tempo. Quando se percebeu que era tudo ilusão, um fortíssimo movimento de pessimismo tomou conta do mercado e todos venderam suas ações, levando toda a economia, repentinamente, ao colapso, pois o exacerbado, contagiante e ilusório otimismo foi substituído subitamente por um realismo que foi percebido por todos ao mesmo tempo. A sucessivas altas de juros nos EUA arrefeceram a economia, contendo a “exuberância irracional” das bolsas de valores, detendo o ilusório otimismo antes que fosse tarde demais. O otimismo do mercado financeiro e do povo em geral em **1929** era como as propostas de amor eterno e fiel que de um momento para outro se transformam em traição (um “castelo de areia” muito grande e bonito que é subitamente desmanchado por uma calma e natural onda do mar). Em **1999** ocorreu o mesmo, mas o FED conseguiu evitar a traição, contendo, a contragosto, o ânimo desmesurado dos investidores. Assim, a economia voltou ao seu ritmo de crescimento normal e as ações tiveram o seu preço reduzido para um valor condigno, fazendo todos voltarem a viver o tedioso e monótono cotidiano de ter de esperar anos e anos para ver as ações valorizarem poucos pontos percentuais.

**A ROTA DOS CAPITAIS ESPECULATIVOS INTERNACIONAIS:** Terminada a fase dos **Estados Unidos como “bola da vez”** na roleta do cassino da especulação internacional, novas turbulências começam a ocorrer na Turquia em 2001 e também no Mercosul. A **Argentina** passa a ser, finalmente, a “bola da vez”. Os capitais rumam para a América do Sul para destruir o **currency-board** argentino (o sistema de conversibilidade entre o peso e o dólar à razão de 1 por 1). A quantidade de moeda em circulação na Argentina (dólares), com o **currency-board**, passava a depender totalmente do fluxo de capitais, pois a Argentina não podia emitir dólares. Para haver moeda em circulação, era necessário mantê-los no país e não perdê-los através de erosão de reservas cambiais em face de déficit no balanço de pagamentos e déficit público em dólar. A situação era ainda sustentável na Argentina, tanto que o **currency-board** já existia desde 1991 (dez anos). A fragilidade política argentina (com o fim da era **Menem** — 1989/1999) serviu de forte pretexto para trazer o país para lugar de destaque no cassino internacional. As crises cambiais de 94, 97, 98 e 99 arrasaram o México, o sudeste asiático, a Rússia e o Brasil. No final de 1999 chegou a vez dos Estados Unidos, servindo a Nasdaq como pretexto. A calma voltou aos EUA em 2001 com o “pouso da águia” controlado pelo FED. Os capitais precisavam ir para algum lugar, pois em 2001 os juros já estavam em queda nos Estados Unidos (em 2000, os juros foram sendo elevados até chegar a 6,5% ao ano; no primeiro semestre de 2001 eles foram caindo rapidamente até chegar a 3,75% ao ano em julho de 2001), justamente para evitar uma recessão (em 99/2000 os juros subiram para conter o crescimento elevado e evitar recessão — o FED controlou o “estouro da bolha” da Nasdaq, evitando que ela contagiasse a economia; para isso elevou os juros). Com a queda da Nasdaq, os juros passaram a cair violentamente também no período subsequente (primeiro semestre de 2001), para evitar que um repentino choque de realidade conjugado com juros altos desencadeasse uma recessão. Destarte, os EUA passaram a não ser mais um local atrativo para investimentos: ações de tecnologia em queda, juros baixos e dólar em alta (devido ao fluxo de capitais para lá — o dólar se valorizou tanto que o enorme déficit comercial americano chegou a reduzir-se em 2001 —; os capitais migraram, portanto, para as ações de empresas convencionais negociadas na NYSE). Com o dólar valorizado, era necessário partir com ele para outros países, sendo a Argentina o escolhido. O dólar valorizado prejudicou também o **currency-board** argentino, pois as exportações para os Estados Unidos ficaram mais difíceis.

As manobras do FED (Federal Reserve, Banco Central dos EUA, presidido por Alan Greenspan) no manejo das taxas de juros foram mirabolantes e “engambelaram” espetacularmente o mercado financeiro, acabando com a bolha da Nasdaq, evitando recessão nos EUA, reduzindo o déficit comercial norte-americano e ainda dando lucros para os investidores, que continuaram com seus capitais nos EUA, desta vez empatados em ações de empresas sólidas (propiciando mais fôlego para a economia continuar crescendo no futuro).

Muitas coisas ocorrem ao mesmo tempo e nem sempre é especulação, é uma intrincada sucessão de fatores que provoca reações absolutamente normais e previsíveis. Com o dólar valorizado, é natural que outras moedas se desvalorizem, como ocorreu com o real em 2001 (chegou a R\$ 2,60 em julho) e com o peso. A especulação é um fator adicional que se mistura com as conseqüências naturais do fluxo de capitais, e tudo forma uma bola de neve. Tendo sido justamente os Estados Unidos a “bola da vez” anterior, é de se presumir

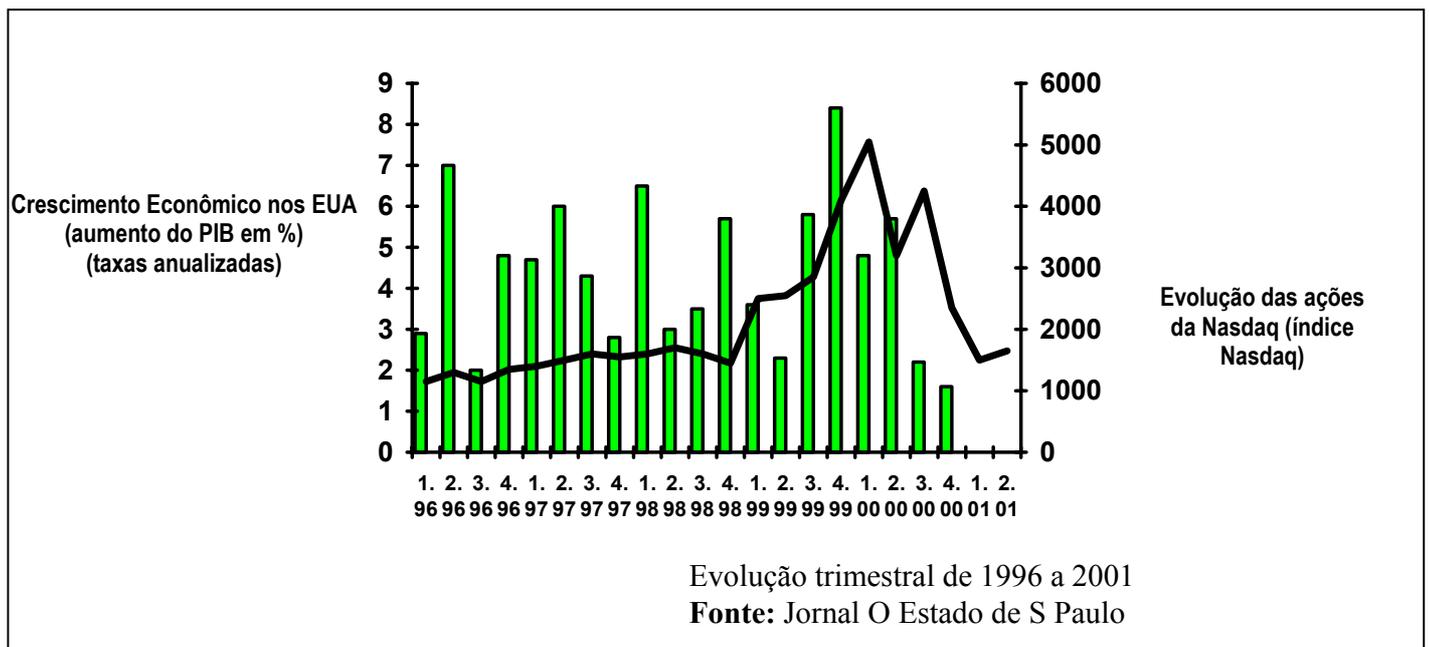
serem catastróficos para os países periféricos as conseqüências dos fluxos de capitais.

Argentina e Brasil acabaram, com isso, tragados pela turbulência dos fluxos de capitais e foram parar no inferno, sem passar pelo purgatório, pois as crises financeiras globais levaram o próprio Fundo Monetário Internacional à bancarrota.

**DESACELERAÇÃO ECONÔMICA MUNDIAL SINCRONIZADA:** economistas do banco europeu WestLB (David Carbon e Sanjit Maitra) divulgaram, em 19/07/2001, relatório indicando o provável início de um período de recessão econômica mundial tão grave e duradouro quanto o ocorrido nas crises do petróleo de 1973 e 1979. Outubro de 2000 foi o pico de uma aceleração econômica a partir do qual se observou no mundo todo: queda da produção industrial e redução de exportações (de outubro/2000 a julho/2001: 6,7% nos EUA, 13,1% no Japão, 13% na Ásia e 5% na Europa). No Brasil, os dados foram divulgados pelo jornal **Valor Econômico** (página A-12, de 20, 21 e 22 de julho de 2001).

A desaceleração sincronizada era capitaneada pela desaceleração econômica dos EUA, cujo crescimento no primeiro semestre de 2001 em taxa anualizada reduziu-se para a faixa de 1 a 2%. O Japão já estava em estagnação desde a crise asiática de 97. A Europa também estava com crescimento muito baixo. O excessivo otimismo dos americanos em 99/2000 poderia ser substituído por um excessivo pessimismo em 2001, podendo levar a uma crise semelhante à que ocorreu em **1929**.

O fim da “bolha da Nasdaq” gerado pelo choque de realismo e pelo fim do ciclo de intensa inovação tecnológica (fim da grande expansão inicial da internet, por todos os que tinham dinheiro ou interesse já estarem conectados à rede e já terem comprado seus computadores) e mais o início de nova fase de aumento da produtividade (a atual, que devastará empregos no setor de comércio e serviços) formavam os ingredientes para o início de uma **recessão mundial**, tão grave como as crises do petróleo de 1973 e 1979.



226	<p><b>A ELEIÇÃO DE 2002:</b> a crise política no Senado, o apagão e a crise energética fizeram o dólar subir até R\$ 2,60 nos primeiros seis meses de 2001. O entrelaçamento desses fatores criou um quadro negro de desgraça a ponto de se vislumbrar a volta da inflação ou uma recessão econômica letal. A desvalorização de 1999 seria seguida de dois cenários reciprocamente excludentes:</p> <p>a) o que realmente se viu: uma aguda crise caracterizada por uma significativa elevação da inflação e aprofundamento da recessão, seguida de retorno do crescimento econômico no médio prazo (em 2000 ou 2001) — e não o que alguns estrategistas de bancos internacionais previram (uma inflação de 80% em 1999);</p> <p>b) uma elevação de preços de produtos transacionáveis com o exterior, elevação de tarifas e preços públicos, pressões por reajustamento de salários, greves, criação de mecanismos para ampliação da indexação de créditos públicos e, finalmente, a adoção de mecanismos de indexação para todos os contratos da economia (salários principalmente), o que levaria ao retorno da inflação inercial, da recessão profunda, da estagnação econômica e ampliação do desemprego, das taxas reais de juros (com redução drástica dos prazos de financiamentos, como na década de 80 e início da década de 90) — tudo isso, somado, levando à destruição e ao colapso o país, que seria tragado para as profundezas do inferno do Terceiro Mundo submergente.</p> <p>Justamente quando a primeira situação começava a se caracterizar, consolidando-se a estabilidade econômica, vem o apagão, a crise no Senado (que levou à crise de governabilidade, paralisando o Congresso em 2000), e a crise argentina. O paciente já estava em convalescença, após ter sobrevivido a uma recidiva de câncer (a indexação), sendo que apareceu uma gripe (ACM), seguida de uma pneumonia (a Argentina) e por fim um H.I.V. (o “apagão”). Assim, o câncer começou a ganhar força novamente, sendo que o organismo estava completamente debilitado.</p> <p>A “pá de cal” desmanteladora, o golpe de misericórdia, a maldição, se completava com o crescimento de candidatos de oposição nas pesquisas eleitorais, todos eles tendo como proposta um <b>calote da dívida pública</b>, que teria como vítima justamente o povo. A dívida pública é financiada pelos bancos, com recursos próprios e de terceiros (os empresários, os comerciantes e os consumidores que depositam seu capital em fundos de aplicação financeira). Se o governo não pagar a dívida, os bancos quebram e seus clientes também, gerando uma crise econômica de máxima proporção. A vitória da oposição significaria o retorno da inflação inercial, como em 1989, e o final do fim do país.</p> <p>Para evitar esse destino, havia a necessidade de uma conjunção de galáxias no universo que resultasse os seguintes efeitos:</p> <ol style="list-style-type: none"> <li>1) um dilúvio em 2001/2002, recuperando-se o nível dos reservatórios das hidrelétricas, reduzindo-se a necessidade de racionamento em 2002;</li> <li>2) um rápido <i>default</i> da Argentina;</li> <li>3) a construção rápida de termoeletricas.</li> </ol> <p>Assim a economia poderia recuperar todo o crescimento perdido de 2001, tornando o ano de 2002 milagroso, um ano de crescimento como nunca se viu nesse país, pois os juros diminuiriam, a confiança no futuro se restabeleceria, a oposição perderia todas as chances e o IDE voltaria pesadamente. Não seria apenas a vitória do governo na eleição o resultado: o país definitivamente deslançaria, iniciando uma fase de crescimento ininterrupto, algo melhor do que todos os bons momentos da economia.</p>
263	<p><b>INFLAÇÃO:</b> Com o fim das bandas cambiais em 1999 e a livre flutuação do dólar, a inflação volta a subir: ela sai da faixa de 1% ao ano em 1998 para a faixa de 10% ao ano em 1999 e 10% em 2000 aproximadamente. No primeiro semestre de 2001 ela continua alta, na faixa de 10% ao ano, devido às especulações com o dólar. O sistema de metas de inflação, com isso, mostra-se inútil. Na verdade é um sistema de metas de juros (devem ser sempre superiores à inflação esperada, caso contrário ela sobe ainda mais).</p>
264	<p><b>ALTA DO DÓLAR NO SEGUNDO SEMESTRE DE 2001:</b> no último bimestre de 2000, o dólar flutuava na faixa de R\$ 1,90/R\$ 2,00. Sucessivos fatores fizeram com que ao longo do primeiro semestre de 2001 a taxa alcançasse R\$ 2,60 (em meados de junho/2001): a crise no Senado, envolvendo os senadores ACM e Jáder Barbalho (que resultou na renúncia de ACM) e a conseqüente crise de governabilidade; a indecisão</p>

	do PMDB sobre manter-se na base aliada do governo; uma crise de confiança dos investidores quanto ao futuro da dívida pública argentina e do peso; o ‘ <b>APAGÃO</b> ’; e por fim os reflexos disso no cenário da sucessão presidencial de 2002. Com a alta do dólar, criou-se um novo cenário de descontrole de contas públicas: novo empréstimo é feito no FMI para intervir no mercado cambial, novas elevações de juros fazem a dívida pública aumentar, chegando-se aos R\$ 600 bilhões.
269	<p><b>O “APAGÃO”</b>: a capacidade de geração de energia elétrica no Brasil era, em 2001, de 66 mil MW, sendo que em 2000 98% dos 66 mil MW já estavam sendo consumidos. Em 2000 houve muitas chuvas e em 2001 uma estiagem prolongada, a maior dos últimos 70 anos. A crise de energia já era prevista desde meados da década de 90. Os investimentos não foram realizados na devida magnitude em virtude de não estar havendo grande crescimento econômico e também por não haver dinheiro público suficiente. A economia não poderia crescer, caso contrário haveria blecaute. As crises de 97, 98 e 99 não deixaram o país crescer. No ano de 2000 a economia finalmente começava a decolar, recuperando-se da desvalorização do real de jan/99. Em 2001 fatalmente haveria déficit de energia, mesmo com chuvas, pois a economia cresceria muito (tudo que não cresceu no período 97/2000). Mas não houve chuvas, esvaziando-se os reservatórios das usinas hidrelétricas. O blecaute se tornou inevitável, optando-se pela economia de 20% via ameaça de cortes e sobretaxa.</p> <p>Para zerar o déficit de energia, seriam necessários investimentos de R\$ 45 bilhões, o que era um valor um pouco superior ao do superávit primário acordado com o FMI para garantia da diminuição da velocidade de crescimento da dívida pública. Com uma taxa básica de 15% ao ano (que com uma inflação de 10% renderia um juro real de 4,5% ao ano para os investidores), o governo federal pagava R\$ 75 bilhões de juros por ano (R\$ 500 bilhões x 0,15), o que significa 41% de todo o Orçamento Federal (da ordem de R\$ 180 bilhões ao ano em 2001).</p> <p>Em resumo: não havia como se fazer o investimento nas hidrelétricas sem que houvesse um impacto inflacionário resultante da elevação substancial da dívida pública, que passaria de R\$ 500 para R\$ 575 bilhões (com o superávit primário, cresceria para algo como R\$ 535 bilhões). Isso sem falar na principal questão: eram R\$ 45 bilhões de custo sem contar a corrupção, pois se isso fosse computado também, seriam necessários R\$ 200 bilhões (devido ao superfaturamento) e muitos anos de obras. Resultado: a dívida pública explodiria, os blecautes continuariam e os corruptos embolsariam <b>BILHÕES</b>. Por isso tudo, postergou-se ao máximo o investimento pesado em hidrelétricas, contando-se com as chuvas em excesso.</p> <p>Assim, travou-se o crescimento econômico do país mais uma vez, criando-se um <b>choque de oferta</b> da pior espécie possível: recessão, inflação e desemprego, sem falar na queda da popularidade do presidente, que levaria fatalmente a um desastre nas eleições de 2002, repetindo-se a tragédia do período eleitoral 1989/1990, quando a inflação chegou ao recorde de 84,3% ao mês, no momento da posse de Collor.</p> <p>A racionalização (a economia de 20%) era necessária para evitar o racionamento (uma medida drástica — o corte sumário do fornecimento por várias horas por dia). A racionalização ou o racionamento tinham por objetivo evitar um <b>APAGÃO</b> que poderia durar 24 h por dia durante um período de aproximadamente dois meses, o que arruinaria por completo a economia e o país, que pararia literalmente.</p> <p>Esse foi o maior exemplo de colapso do Estado: tal como no sistema carcerário (que não teve investimentos nos últimos 50 anos, levando à superlotação e ao abusivo abrandamento da legislação penal a fim de tirar metade dos 200 mil presos das cadeias, sendo que deveria haver 1,2 milhão de pessoas presas), que se destruiu, o sistema elétrico faliu e levou ao colapso a economia.</p> <p>O governo revelou-se com isso de uma inutilidade absoluta: segurança pública composta de miseráveis que se corromperam e largaram a população à mercê da criminalidade; escolas públicas que diplomavam analfabetos; um Poder Judiciário que só se presta de instância homologatória de acordos cíveis geradores de grandes prejuízos e de instância de concessão de benesses para os bandidos do colarinho branco e também para os bandidos normais (devido ao deletério abrandamento da lei) e, como corolário, um governo que não serve sequer para fornecer energia elétrica e saneamento básico (água e luz, as duas coisas mais primitivas e vitais para a sobrevivência humana).</p> <p>O colapso do país não se dava apenas por uma “mera” questão de inviabilização da vida em</p>

	<p>comum em face da violência pululante; a corrupção passava a gerar efeitos concretos e palpáveis como a escuridão, a redução da produção, as demissões, o aumento do déficit público resultante da queda da arrecadação, a ingestão de alimentos estragados por não estarem congelados ... Começava a se tornar visível a inviabilização de toda e qualquer atividade, lícita ou ilícita. A “Lei de Gérson” aplicada por todos, o salvesse quem puder, o cada um por si, começava, finalmente, a gerar efeitos esplendorosos e inacreditáveis: simplesmente todos, sem exceção, passaram a ficar expostos às conseqüências da corrupção. Sem energia, para que alguém roubaria um eletrodoméstico? Sem energia, como se produziria combustível? Sem combustível, como os traficantes transportariam a cocaína? Sem alimentos perecíveis congelados corretamente, como todos se alimentariam?</p> <p>Como se disse que no “fim do mundo” Deus não atenderia mais ao pedido de todos, pois o juízo final seria implacável, a hora da verdade chegou e o colapso atingiu a todos, sem perdão. O país chegou à beira de uma tragédia somente imaginável pelos visionários, fazendo todos os pobres mortais finalmente sentirem na própria carne o resultado da indiferença, da “Lei de Gérson”, da corrupção, da leniência e da alienação.</p>
311	<p><b>PCC E GREVES DAS POLÍCIAS ESTADUAIS:</b> o progressivo e terminal emporcalhamento das polícias estaduais devido à corrupção foi produto do apadrinhamento e dos baixos salários. A criminalidade passou a utilizar a tecnologia a seu favor, com os celulares nos presídios e as centrais telefônicas do PCC, Primeiro Comando da Capital, uma organização criminoso com ramificações em todo o Estado de São Paulo.</p> <p>Em 2001, começaram, como em 1997, a se multiplicar as greves das polícias estaduais, sendo trágico o caso da Bahia, onde os policiais deixaram a população à mercê dos criminosos, que saquearam toda a capital Salvador. A Polícia foi muito criticada pelo que fez. No entanto, foi apenas um sinal dos tempos: não é possível querer manter uma estrutura à base de escravidão (R\$ 180 por mês). A corrupção e a ineficiência são resultados óbvios disso.</p> <p>Isso tudo foi o colapso da segurança pública. Duas décadas perdidas fizeram os salários se reduzir a nada. Como a economia não cresceu, a arrecadação também não. Esse foi o resultado da indexação: a criação de uma distorção gigantesca: enquanto muitos enriqueceram, outros empobreceram (há muitos funcionários realizando mal e porcamente seus serviços, tendo de fazer tudo pela metade para poder ganhar dinheiro no “bico”). O ideal seria reduzir o número de funcionários e aumentar os salários, diminuindo-se a corrupção e conseqüente quantidade de serviço). A <b>distorção</b> é essa: muita gente fazendo muito pouco, ganhando muito pouco e se corrompendo muito, deixando outros que não se corromperam com excesso inútil de trabalho.</p> <p>Se houvesse greve em todos os Estados, não haveria Exército suficiente para garantia da segurança. E se o próprio Exército se rebelasse? A crise de autoridade, a crise da democracia, a crise da sociedade ... Tudo fugiu do controle, pois o povo pobre se revolta contra a polícia, a polícia se corrompe e se revolta contra o governo, o governo corrupto e incompetente vira as costas para o problema e lava as mãos. É o COLAPSO TOTAL, do Estado, da democracia e da sociedade. Muitos achavam que as previsões do nosso trabalho eram coisas de visionário, de paranóicos, mas estão ocorrendo, e pior: mais rápido e mais gravemente do que nós mesmos imaginávamos [2001].</p>

**OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES + NOTAS EXPLICATIVAS:**

<b>OBSERVAÇÕES COMPLEMENTARES E EXPLICATIVAS DA PARTE 1 (LIVRO EM PDF PUBLICADO EM 2000)</b>	
<b>Pg.</b>	<b>Observação complementar / Nota Explicativa</b>
<b>18</b>	Na tabela de inflação acumulada de 1829 a 1999, o valor de 4,9 quintilhões por cento de inflação foi alcançado utilizando-se índices inflacionários diferentes. Até 1952 o valor obtido era oriundo de pesquisa de livro da ANDIMA e de 1953 em diante conforme o IGP-DI/FGV. O correto é utilizar-se o mesmo índice do começo ao fim, mas como o período histórico é extenso e não havia um mesmo índice que abrangesse todo o período além do fato de a inflação ser monstruosa não há problema: o intuito é apenas mostrar a magnitude cavalgar do desastre econômico: não foi 1.000% de inflação, foram quintilhões por cento. Alguns milhões por cento a mais ou a menos não mudam a tragédia.
<b>97</b>	O valor de 42,59% foi obtido fazendo-se $1,7028^{2/3}$ , que resulta 1,4259.
<b>102</b>	Com uma nova Constituição o problema do salário-mínimo pode ser resolvido: como o poder constituinte originário é ilimitado, numa nova Carta pode haver diferenciação entre salário-mínimo para o setor público e salário-mínimo para o setor privado, pois é a norma máxima que está determinando.
<b>108</b>	O que se viu para os salários (em matéria de perdas salariais) é válido para os demais contratos da economia (FGTS/SFH, etc), só que os valores são diferentes. O ponto comum é o fato de ser inconstitucional o não pagamento de correção monetária referente à “inflação passada”, ou seja, a norma que mudar o índice de correção a ser aplicado não pode estipular a não capitalização da correção monetária referente à inflação já ocorrida, pois os índices de inflação só são conhecidos após a inflação ocorrer e ser medida. Ex.: uma lei no dia 15 não pode determinar que não há mais correção ou que o índice é outro (a “correção” dos primeiros 15 dias anteriores à lei deve ser paga).
<b>121</b>	As privatizações começaram em 1991, com 4 leilões. Depois foram privatizadas 14 empresas em 1992, 6 em 1993, 9 em 1994, 8 em 1995, 11 em 1996, 4 em 1997, 7 em 1998 e 1 até julho de 1999. Com isso, houve uma receita de R\$ 71 bilhões e uma transferência de dívida de R\$ 17 bilhões. Saldo: R\$ 88 bilhões de 1991 a 1999. Fonte: Almanaque Abril 2000, p. 127.
<b>126</b>	A “ <b>década perdida</b> ” (de 1980) iniciou-se com a <b>crise do petróleo de 1979 e com a moratória da dívida externa mexicana em 1982</b> . Esses dois fatores geraram uma <b>recessão mundial</b> só superada em 1984, advindo daí o crescimento da economia brasileira no período. No fim, foram “duas décadas perdidas” que arruinaram o país: <b>a população cresceu 43% nesses 20 anos</b> . Se fosse mantido o crescimento da época do “milagre” (10% ao ano), <b>em 20 anos a economia cresceria 573%</b> .
<b>146</b>	Em março de 1.999 completou-se 5 anos de conversão de salários em URV, estando, portanto, prescrito o direito de cobrança da diferença pelo fato de a conversão ter sido inconstitucional. Esse prazo é previsto na própria Constituição (Art. 7º., XXIX, a). A <b>Medida Provisória 1984-22</b> , em 2000, repetiu inutilmente este prazo de 5 anos.
<b>164</b>	Para os processos já encerrados e com verbas já incluídas no Orçamento ou que já tenham valores definidos, <b>a emenda para adiamento do pagamento dos precatórios</b> é indiscutivelmente inconstitucional. Para processos em andamento não há inconstitucionalidade, exceto se se levar em conta o princípio da moralidade administrativa, ou seja, a questão é controversa e há alguma margem para a prorrogação do pagamento não ser barrada pela Justiça.
<b>196</b>	<b>Efeito multiplicador da moeda escritural:</b> o dinheiro de um cliente depositado no banco é emprestado para outro, e assim sucessivamente. Com isso, o saldo contábil de depósitos no banco fica multiplicado, embora o dinheiro existente seja em quantidade menor. Como mesmo quem emprestou vai depositar depois em algum lugar ou vai pagar algo para outrem que também tem conta no banco, pode-se emprestar novamente. Assim, um montante de dinheiro circula várias vezes e várias operações de crédito são feitas. Por isso, deve haver uma reserva ( <b>encaixe técnico</b> ). Se muitas pessoas vierem ao banco descontar dinheiro no caixa sempre

	haverá como pagar. Como há abusos (falta de cuidado no cálculo dessa reserva opcional), o BC determina outra reserva compulsória: é o <b>depósito compulsório</b> (que tem a função de garantia, segurança, e meio de controle da taxa de juros).
198	Com o <b>PROER</b> o governo federal gastou cerca de <b>R\$ 30 bilhões</b> até 2000. Essa ajuda foi para bancos não estatais. Os bancos estatais foram ajudados com <b>R\$ 56 bilhões</b> de 1994 a 2000 (foi o <b>PROES, Programa de Incentivo à Redução do Setor Público Estadual na Atividade Bancária</b> ). Só o <b>Banespa</b> e a <b>Nossa Caixa</b> (bancos estaduais paulistas) foram ajudados com <b>R\$ 36 bilhões</b> . Esse dinheiro foi emprestado aos bancos e os Estados ficaram devendo isso para o governo federal, para pagamento em 30 anos. Esses <b>R\$ 56 bilhões</b> foram o prejuízo deixado pelo controle público desses bancos estatais, conforme informava <b>Suely Caldas</b> (jornal <b>Oesp</b> , 08.10.2000, p. B-2). E por isso que surgiu a necessidade da <b>privatização</b> : vendendo-se estes bancos, evita-se que outros criminosos ampliem o valor destes rombos.
206	Um <b>empréstimo stand-by</b> significa que o dinheiro não é sacado imediatamente: ele fica disponível para ser desembolsado. Quando (e se for realmente) necessário apenas.
207	Na <b>centralização do câmbio</b> o governo controla todas as entradas e saídas de moeda estrangeira do país, ou seja, investidores estrangeiros podem ficar sem poder resgatar capital colocado no mercado interno e dívidas em moeda estrangeira ficam sem possibilidade de quitação por ficar impedida a operação de câmbio. Com isso, forma-se o caos com “quebradeiras” e fuga de possíveis novos investidores. Mas as “reservas cambiais” ficam mantidas à força, assim como a cotação.
241	<b>Magistrados</b> são os juízes (os promotores integram o Ministério Público).
242	Extinguindo-se as <b>nomeações políticas</b> para os cargos de <b>Ministro dos Tribunais de Contas</b> já se estará dando um grande passo para melhoria da eficiência dos controles das contas públicas. Fora isso, é preciso ampliar o quadro de funcionários para que a amostra de contas analisadas seja significativa e identifique mais facilmente os desvios e intimide mais os corruptos.
243	A <b>taxa de R\$ 2,50</b> era inconstitucional porque a segurança pública deve ser custeada com os impostos ( <b>art. 145, I, Constituição Federal</b> ) e porque as taxas só podem ser cobradas por serviços específicos e divisíveis ( <b>art. 145, II, Constituição Federal</b> ). Para custear a segurança pública já existe o ICMS. Com os impostos, o governo faz o que quiser, eles têm destinação livre ou vinculada (ex.: <b>x%</b> vai para a educação). Já as taxas são o preço de custo de um serviço público (a taxa só serve para custear o serviço e não pode resultar em lucro para a Administração). Poucos e fracos são os argumentos que podem ser utilizados para defender a <b>taxa de R\$ 2,50</b> e o governo já sabia que perderia. O então secretário de segurança, um promotor de justiça, deveria saber disso. O único <b>argumento a favor do governo estadual</b> era o seguinte: se a população apoiasse a idéia, o governo teria apoio para pressionar o Congresso Nacional para que mudasse a Constituição Federal, permitindo-se a cobrança da taxa. No entanto, haveria a possibilidade de a própria <b>emenda constitucional</b> ser considerada inconstitucional, como ocorre com o <b>IPMF em 1993</b> .
265	A <b>dívida externa privada está computada</b> dentro da <b>dívida externa total de US\$ 229 bilhões</b> .
266	O <b>benefício dos aposentados do setor privado</b> é custeado por receita extra, além dos 151,51 bilhões e não com parte dos R\$ 151,51 bilhões como foi dito.
266	A <b>batalha para a privatização do Banespa</b> foi um dos motivos que levaram ao <b>excesso de medidas provisórias</b> . A cada privatização a então oposição (PT) iniciava <b>milhares de ações</b> na justiça em todo o país e, aí, <b>liminares concedidas por juízes da primeira instância suspendiam os leilões</b> . Aí o governo criou, com uma <b>MP</b> , a possibilidade de <b>interposição de recurso diretamente no STF para “derrubar” as liminares</b> . Então a oposição da época (PT) iniciou <b>ação direta de inconstitucionalidade por causa da MP do recurso processual civil</b> . Daí o <b>excesso de MPs</b> : prorrogando os leilões, a então oposição tentava jogar para o próximo governo a privatização. A <b>venda do Banespa</b> era <b>essencial</b> para a continuidade da <b>estabilidade econômica</b> .
281	Numa nova Constituição, porém, deveria haver menção expressa sobre o fim do sigilo bancário.
281	Nesta reforma tributária haveria uma nova repartição de receitas, ficando os Municípios com o ICMS e o IPVA e também com a obrigação de manter a segurança pública e a escola pública.
312	Os <b>“Lalaus”</b> do serviço público (pessoas que ingressaram no governo <b>sem concurso público</b> durante a <b>ditadura militar – 1964/1985</b> ) ganharam direito à estabilidade em virtude do disposto no <b>art. 19 do ADCT/CF 88</b> (Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988), que determinou que todos os que já estavam no serviço público antes de <b>05/10/1983</b> e que continuavam nele trabalhando em <b>05/10/1988</b> teriam estabilidade mesmo que fossem inúteis ou incompetentes. A maior parte dos bandidos das <b>“bandas podres”</b> sobrevive até hoje por causa deste <b>“trem da alegria”</b> feito em 1988. Apesar

	disso, <b>fraudes em concursos públicos</b> são praticamente praxe. Geralmente quando o cargo público tem baixa remuneração, muito trabalho e impossibilidade de auferição de propinas o concurso público é sério. Na época do Império os cargos públicos eram distribuídos pelo Rei, daí formando-se dinastias que chegam até os dias atuais. A corte suprema de justiça no século XIX era constituída de Viscondes nomeados pelo Rei. Os bisnetos, trinets, tetranets desses Viscondes estão até hoje por aí. Para esta corte, os cargos públicos são como uma propriedade a que somente tem acesso os membros do clã. Em 488 anos de história, dos 509 que o país tem, foi assim e não seria em míseros 21 anos de democracia que tudo mudaria. Apesar da Lei, as fraudes continuam como se a Corte continuasse existindo até hoje. Mudam os ocupantes do trono, mas a Corte é sempre a mesma.
315	Os <b>paradoxos da LRF</b> não significam inconstitucionalidade. Significam apenas impossibilidade de cumprir duas ou mais leis com comandos contrários ao mesmo tempo. A LRF deve ser mantida, estipulando-se, porém, prazos mais longos para a adequação das contas aos limites fiscais.
317	Na Bibliografia deve-se ainda considerar: Dupas, Gilberto, <b>Economia Global e exclusão social — Pobreza, Emprego Estado e o Futuro do Capitalismo</b> , Editora Paz e Terra, 1ª. Edição, São Paulo, 1.999. Spiegel, Murray R., <b>Estatística, Coleção Schaum</b> — Tradução Pedro Consentino, Editora Ao Livro Técnico — Rio, 2ª. Edição, Rio de Janeiro, 1.969.

## UM SEGUNDO VOLUME ATUALIZADO PARA 2009 VEM SENDO PREPARADO DESDE 2007 :

01 de Junho de 2.009.

Existem aproximadamente 150 páginas prontas ainda no forno para um novo volume, com atualizações até 2008 e novo enfoque dos temas. Mas elas eram anteriores à crise do *subprime* dos Estados Unidos. Aqui vai apenas um aperitivo:

A crise americana de 2007/2009 produziu e continua a produzir material para um volume muito maior e muito mais denso.

Em 2000, na ocasião da disponibilização do livro impresso para compra, o livro “A globalização e os trinta anos de indexação no Brasil” era repleto de previsões catastróficas para a economia e a política.

A partir de 2003, no entanto, os acontecimentos superaram largamente todas as previsões de catástrofe, no mundo e no Brasil.

O Brasil está num estágio final de consolidação de uma ditadura, agora uma ditadura civil imposta pela corrupção generalizada em todas as esferas de poder. O Brasil de 2003 equivaleu à Alemanha de 1933, quando Hitler assumiu o poder democraticamente. Contrariamente à Alemanha, a ditadura vem se impondo pelos avanços econômicos realizados para compensar décadas de degradação, o que angariou a simpatia dos maiores prejudicados. A classe rica continua como sempre auferindo lucros fabulosos e a novidade é a dissipação da classe média (a estatística oficial informa que a classe média está aumentando com o aumento do número de pobres que nela ingressam, mas isso é mentira: é o contrário o que ocorre: a classe média verdadeira está ficando pobre; classe média mesmo é quem tem renda familiar na faixa dos R\$ 7-8 mil ou mais; dizer que uma família com renda familiar de R\$ 1-2 mil é classe média é uma mentira digna de Goebels ou Stalin). A corrupção política hoje está umbilicalmente ligada ao crime organizado tradicional, compondo um cenário de capitulação do Estado como instituição perante um grupo de pessoas cujo único intento é perpetuar-se no poder. O povo finalmente chegou ao poder no Brasil, mas um povo que se converteu em Corte Imperial assim que chegou ao poder.

No plano internacional não é diferente, ou melhor, é ainda pior. A corrupção governamental no antigamente chamado “Primeiro Mundo” está “dando de dez a zero” no antigo “Terceiro Mundo”.

O endividamento público dos Estados Unidos que era de cerca de US\$ 5 trilhões em meados da década de 90 ultrapassa hoje em 2009 os US\$ 12 trilhões e continua a crescer. O objetivo da Administração Pública americana é salvar bancos que faliram ao não conseguir repassar prejuízos numa “pirâmide” financeira internacional em que a conta ficou para a Europa e a China pagarem. O “salvamento” dessas instituições, estima-se hoje, ficaria entre US\$ 3 e 4 trilhões. O governo federal dos Estados Unidos teria de arrecadar impostos, taxas e contribuições durante quase 2 anos sem absolutamente coisa alguma fazer unicamente para salvar

os bancos dos EUA. A alternativa seria nacionalizar os bancos (estatizá-los), ficando os acionistas sem coisa alguma, o governo com os créditos bons e os credores dos bancos perderiam a parte que lhes cabe. No entanto, a politicalha americana impede que assim seja, forçando o governo a salvar os bancos via aumento do déficit fiscal.

Cerca de US\$ 4 trilhões deveriam ser emitidos em títulos públicos por EUA, Inglaterra, Europa e Japão para resgatar bancos que faliram. Não há no mundo quem disponha de recursos nesta magnitude, razão pela qual partiu-se para a “flexibilização quantitativa”, ou “*quantitative easing*”, que é na prática a impressão de dinheiro e injeção direta nos bancos falidos ou compra de títulos públicos novos ou antigos emitidos.

A falência dos bancos congelou o sistema financeiro, fazendo cessar as normais operações de crédito. Com a ausência de crédito diversas empresas ficaram sem capital de giro e entraram em processo de concordata ou falência no mundo todo, agravando a situação dos bancos.

Para o economista Nouriel Roubini, os bancos no mundo necessitariam de US\$ 3,6 trilhões para fazer frente aos prejuízos do *subprime* e dos demais setores como cartões de crédito, empréstimos pessoais, financiamento de veículos, empréstimo para capital de giro e empréstimos imobiliários comerciais. O prejuízo já considerava os desdobramentos da crise a ponto de o desemprego atingir 9%, fato que já é realidade.

Para o jornalista Marc Faber editor do informativo “Boom, gloom and doom” e economista, a insustentabilidade fiscal dos Estados Unidos já era fato consumado até antes da atual crise do *subprime*, fato aliás que faz parte de um relatório oficial do *Federal Reserve* de 2.006. Este relatório oficial prevê o *default* americano ou uma hiperinflação no máximo até 2.012, independentemente da atual crise.

Inglaterra e Japão recentemente rebaixados no *ranking* de classificação de risco de suas dívidas públicas mostram o quanto a situação fiscal dos países desenvolvidos é grave.

Independentemente de quaisquer desdobramentos possíveis da atual crise como uma hiperinflação mundial e até uma terceira guerra mundial, o tranco sofrido pelas corporações empresariais foi tão violento que formou-se uma nova fenda no túnel do tempo: a próxima década que prometia ser um novo tempo de devastação colossal de empregos será algo completamente desconhecido. A devastação colossal de empregos irreversível é uma realidade já em andamento. O mesmo desnível observado entre 1980 e 2007 com relação à facilidade para se conseguir um bom emprego ou algum emprego ou ser um empresário bem sucedido será novamente observado agora de 2007 para 2010. O desgaste sofrido pela humanidade para manter seu padrão de vida passa agora por uma nova fase de estúpida exacerbação.

De 1980 a 2007 a globalização foi como uma Aids que foi consumindo gradativamente o padrão de vida e as condições de vida das pessoas, embora muita coisa melhorasse. Mas a crise atual é como se um paciente de Aids se visse agora com um câncer no cérebro em fase de metástase. Os avanços tecnológicos que virão em função disso serão fantásticos, pois a luta pela sobrevivência será uma guerra muito pior do que a que tem ocorrido até 2007. Mas o desgaste a que as democracias serão submetidas em face de grandes parcelas do povo que ficarão excluídas do progresso é também um câncer para a própria democracia. O fedido lixo da atual política latino-americana é algo ainda muito suave diante do que pode ocorrer com a cor-

rosão da democracia também no mundo desenvolvido. E isso é independente de maiores desdobramentos da atual crise de 2.009.

O Brasil, apesar de tudo o que ocorre dentro e fora do país, está em situação privilegiada, que no entanto não significa garantia de que a democracia sobreviverá, pois muitos dos avanços tecnológicos externos também serão empregados no Brasil, agravando exponencialmente a degradação dos padrões de vida.

À medida que a atual crise avança em pleno ambiente globalizado, fatores diversos se sobrepõem desorganizadamente compondo um cenário de completa imprevisibilidade. É como se os reflexos de espelhos oblíquos fossem aumentando à medida que as superfícies refletoras vão ficando paralelas. Um exemplo disso é que muitas empresas aproveitaram a crise para demitir funcionários e informatizar ainda mais suas linhas de produção, sem aborrecimentos com sindicatos, o que contribui para agravar a crise.

### INFLAÇÃO / HIPERINFLAÇÃO NO PRIMEIRO MUNDO:

O enorme volume de dinheiro impresso não tem produzido grande inflação porque a economia ainda está estagnada. Fala-se em recessão em “U”, em “V”, em “W” e numa depressão econômica (em “L”). As letras são o formato da linha num gráfico em que as ordenadas são o crescimento econômico percentual e a abscissa seria o tempo.

A dúvida existente para alguns analistas é sobre o que aconteceria quando a economia desse os primeiros sinais de recuperação, fazendo o dinheiro impresso circular normalmente. Em teoria, pelo menos, até mesmo antes da recuperação econômica os danos já se fariam presentes: o aumento da oferta de moeda produziria um *overshooting* cambial e este daria início a um espasmo/hiato inflacionário. As mercadorias importadas teriam seus preços majorados ao mesmo tempo em que as exportáveis (transacionáveis com o exterior) também subiriam de preço.

Não existe correlação matemática ou temporal, na prática, entre a emissão de dinheiro e a inflação. Teoricamente sim, há. Uma dívida pública que antes da crise era de aproximadamente US\$ 9,2 trilhões nos Estados Unidos e que atualmente já ultrapassa os US\$ 12 trilhões significa que a oferta de dólares já aumentou cerca de 30%. E a crise ainda não está resolvida. Ainda faltam alguns trilhões. O caso brasileiro em 1999 (descrito no item 23 [APOCALIPSE], a partir das páginas 211 e 263 do livro) é talvez o melhor exemplo do que seja o futuro a médio prazo: um aumento de aproximadamente 73% no dólar em questão de menos de três semanas (que resultou em desvalorização de aproximadamente 42% do real) resultou em 12 meses uma inflação de quase 30% no atacado e de cerca de 20% no varejo.

A desvalorização, no entanto, ocorreu eminentemente por forças de mercado temporárias. O câmbio não era 100% flutuante e isso foi o fator principal de especulação que desencadeou o processo de acomodação de valores.

A impressão de dinheiro no entanto é um processo permanente: a oferta de dólares se mantém para sempre e a emissão de títulos públicos para “enxugar” a quantidade de moeda deveria ser feita pagando-se juros que levariam a um “serviço da dívida” (pagamento de juros) insustentável.

Num cenário bem ameno a emissão de dinheiro resultaria numa inflação de 10% em 12 meses, o que para uma dívida de US\$ 12 trilhões significaria US\$ 1,2 trilhão de juros apenas para cobrir a inflação, sem contar qualquer ganho real. Comenta-se que o governo dos EUA não aumentaria os juros para combater qualquer inflação futura para não abortar qualquer recuperação econômica. Isso realmente tem sentido, mas o principal mesmo e pouco comentado é que US\$ 1,2 trilhão de juros anuais “comeriam” algo como mais de 1/3 da arrecadação federal de tributos dos EUA (de aproximadamente US\$ 2,8 trilhões antes da crise), o que somado ao déficit orçamentário já encomendado e ao oriundo do processo de salvamento dos bancos e de impulsão da economia fariam com que o governo fosse obrigado a emitir ainda mais dinheiro, pois não haveria no mundo quem conseguisse comprar US\$ 1,2 trilhão ou mais em novos títulos, além dos normalmente crescentemente já emitidos.

Haveria a alternativa de aumentar a carga tributária, chegando-se a patamares subdesenvolvidos como os do Brasil, mas isso também seria um nocaute para a economia, pois nos EUA a carga tributária é muito baixa, mas as despesas empresariais são altas devido aos altos salários. Um aumento brutal da carga tributária geraria uma recessão brutal.

Nesse cenário bem suave, com uma inflação para o varejo atingindo 10% em 12 meses e os juros dos títulos públicos próximos de zero no curto prazo e muito inferiores à inflação futura no médio prazo (cerca de 3 ou 4%), quem estaria disposto a perder dinheiro?

A fuga dos investidores para o ouro tem sido uma opção, tendo o ouro se valorizado estupidamente desde o início da crise. Da faixa de 300/400 dólares a onça em 2005/2006 ele foi para aproximadamente US\$ 1 mil em 2008. Praticamente triplicou de valor considerando-se uma compra realizada em um momento em que a crise ainda era incipiente.

Mas não há ouro suficiente para todos e também ativos seguros como o dólar ou os títulos do Tesouro americano foram no passado. É isso que tem segurado uma implosão da última e maior “bolha da história”: a “bolha dos títulos do tesouro dos EUA”. Se houvesse alternativas, um “efeito rebanho” já teria ocorrido ainda em 2008 e os EUA já teriam virado pó.

A situação tem se mantido por enquanto com taxas próximas de zero no curto prazo, o que permite um gasto com juros de poucas centenas de bilhões de dólares, exatamente num patamar sustentável considerando o antigo potencial de acumulação de reservas cambiais de países como China e Japão. Mas esse potencial não existe mais. O programa de compra de títulos públicos no valor de US\$ 300 bilhões de Timothy Geithner, o secretário do tesouro americano, muito provavelmente já é em função deste cenário em que o governo não mais consegue se financiar nem mesmo considerando as irrisórias taxas de juros atuais. Só tem conseguido mal e porcamente “rolar” a dívida vincenda. No futuro, quando a inflação estiver se consumando, o aumento dos juros para patamares insustentáveis e necessários não acontecerá e os investidores perderão dinheiro. Para não perder dinheiro, um “efeito rebanho” aconteceria, desta vez com trilhões de dólares em títulos sendo dispostos *overnight* (da noite para o dia), obrigando o governo a “monetizar” a dívida, ou seja, imprimir ainda mais dinheiro para comprar os títulos à venda, dinheiro novo, pois o referente ao título já está em circulação e já foi gasto pelo governo.

Enquanto isso, uma alternativa para o governo e os bancos é produzir mini-crises como a do próprio ouro e os “rallys” das bolsas de valores que se sucederam desde que a crise

eclodiu em setembro de 2008. Nesses movimentos especulativos ganha-se dezenas de pontos percentuais em algumas semanas, amenizando-se os prejuízos. Outra alternativa adotada é a falsificação pura e simples dos dados estatísticos nos “testes de estresse” e ir “empurrando com a barriga” a situação até quando for possível.

Com tudo acontecendo ao mesmo tempo e fermentado pela especulação e pelas mentiras governamentais, o cenário econômico é de uma complexidade nunca vista, incomparavelmente mais grave do que a Depressão da década de 30.

E esse é o cenário suave. Se as coisas se conturbarem e um cenário mais de acordo com a realidade ocorrer, como uma inflação no varejo de 30% em questão de alguns bimestres e o governo americano sendo forçado a aumentar os juros, o que acontecerá será um apocalipse econômico digno de ser classificado como o previsto na Bíblia. Uma hiperinflação brutal que se iniciaria da noite para o dia em escala mundial, fazendo desaparecer o dinheiro da face da Terra, pelo menos no Primeiro Mundo.

Nesta hipótese os cenários previstos por Gerald Celente seriam uma realidade futura inexorável: guerra civil nos Estados Unidos, uma ditadura militar tomaria o comando do país, instaurando Lei Marcial e a seguir uma Terceira Guerra Mundial se iniciaria para fazer o povo, como sempre, esquecer dos próprios problemas. Isso nos Estados Unidos. A fome prevista por Jim Rogers também seria generalizada com a desorganização econômica dos preços relativos.

A globalização na toada que vinha seguindo fatalmente produziria um cenário de crise econômica, social e política como a que se inicia, mas seria um processo lento e gradual e que minaria as instituições de forma ainda mais sistêmica do que na atual crise. A América Latina com sua corja de lixo político já é um exemplo do futuro reservado à democracia pela corrosão social provocada pela globalização. No Primeiro Mundo o lixo político latino-americano ainda levaria alguns anos para se consumir. Ocorreu, no entanto, que fraudes bancárias de magnitude planetária catalisaram repentinamente a crise em gestação.

Muito provavelmente boa parte das fraudes bancárias seja produto já do processo minaz de luta pela sobrevivência por parte de pessoas e empresas que vêem o dia de hoje como talvez a última oportunidade de salvar a própria pele, num ambiente em que a crescente globalização vai ceifando empregos e empresas. Aí então seria uma crise dentro da crise que acabou por precipitar o lance final de uma batalha apocalíptica.

Do mesmo modo que o século XX foi um sonho mágico, a década de 2000 por pior que tenha sido tornar-se-á um novo parâmetro de confrontação com o presente. O abismo existente entre o século XX até a década de 70 ou 80 e a década de 2.000 será o mesmo que existirá entre 2.007 e a década de 10 que se aproxima.

A combinação de uma crise social que gera excluídos em todas as classes sociais e o exaurimento da natureza por si só já é um pesadelo. Se somado a um ambiente político em que Estados se desmancharam pela dissipação da realidade econômica, tem-se um cenário dignamente bíblico de apocalipse. E não se está tratando aqui de religião, que aliás é outro fator agravante da crise nos EUA, onde muitos são evangélicos e acreditam mesmo em que um apocalipse ocorrerá piamente.

O saldo disso tudo (após o que o escritor Gilberto Dupas chama de “Vale de Lágrimas”) será uma evolução social, econômica e política inédita: a sociedade começará a pensar e

agir como sociedade, pois essa será a única solução viável num mundo de mais de 6 bilhões de habitantes. Antes disso, porém, a sociedade continuará a se comportar como ratos presos num ambiente de superpopulação.

Do ponto de vista histórico e científico o momento é maravilhoso, fascinante, incrível e instigante. E transformar o caos em palavras é um exercício extremamente prazeroso. É mais gostoso fazer esse trabalho do que vê-lo pronto. É como controlar um orgasmo nos últimos instantes.

Diversos impérios pereceram na humanidade, mas ver um ser carcomido progressivamente por uma doença até a falência total é um privilégio. Quando se imaginaria que um país como os Estados Unidos ficariam ameaçados de se tornar uma Argentina? Um Citibank se tornar uma Mesbla ou um Banco Econômico? A General Motors se tornar uma Gurgel? Isso é até maldade: a empresa de Gurgel sobreviveu heroicamente enquanto que a GM cai imbecilmente. E depois da visita de Lula a Obama então parece que eles aprenderam bastante coisa: Ben Bernanke, presidente do *Federal Reserve*, diz que a crise acaba até o fim de 2.009, Geithner diz que o Citibank só precisa de 5 bilhões após o teste de estresse e que o déficit público terá como ser reduzido para só 3% do PIB (em vez de 12%).

O “mensalão” brasileiro e os assassinatos em série do caso Celso Daniel e do PCC, Primeiro Comando da Capital, parecem brincadeira de criança perto dos escândalos da guerra do Iraque e do Afeganistão, dos procuradores demitidos, da sacanagem com a mulher do embaixador americano na África e agora essa crise bancária global. Dá para acreditar que o Citibank faliu e precisou ser salvo pelo governo? A crise do *subprime* é a maior fraude financeira da história. Só na Inglaterra quase 700 pessoas funcionárias de bancos ingleses foram indiciadas por fraude financeira desde que a crise do *subprime* começou.

E como a **globalização** é um processo de interação entre as economias, a crise chegou aqui também. A própria crise ganhou relevo crescente também em função da **globalização**. O problema se tornou global. E não houve solução global, apesar de várias reuniões políticas.

Só esta crise já dá um volume de umas trezentas páginas recheadas de dados econômicos. Os paradoxos da **globalização** como sempre continuam: se esta crise tiver todos os desdobramentos será inclusive inútil falar dela e ler sobre ela. Será como ler bulas de remédios que o cadáver não precisa mais tomar.

A riqueza científica do ponto de vista das ciências sociais nesse momento é ímpar. Todas as teorias econômicas se tornaram inúteis. Os governos agem agora empiricamente, fazendo e vendo o que acontece. O governo salvando bancos e empresas como se fosse um banco. O que é isso? Comunismo? Os empresários salvos ou perdem parte do controle acionário ou têm de se submeter a regras dos governos. O que é isso? O lucro fica com o empresário, mas ele tem de fazer o que o governo quer. Ou seja: a crise produziu também um caos jurídico a desaguar nos tribunais, imbróglio jurídico que após ser desfeito pode resultar em retorno ao *status quo ante*, reificando uma turbulência econômica que então poderá estar dissipada. Todas as regras econômicas e jurídicas foram para o lixo. O que era um casamento feliz tornou-se uma bacanal com direito a incesto e homossexualismo. Nunca antes na história (como um mentiroso contumaz e cara de pau costuma dizer) da humanidade se viu uma bagunça tão

grande. E bagunça é pouco: se os desdobramentos máximos ocorrerem, instituições milenares como o direito se tornarão pó. E nessa brincadeira banqueiros estão sendo salvos e a conta está ficando com o governo, ou melhor, com o povo, que pagará com perda de poder aquisitivo diante da **inflação**, que pequena ou infinita ocorrerá inexoravelmente.

Questões pitorescas acabam até surgindo: como ficaria o real, a moeda brasileira, num ambiente de hiperinflação mundial, com as grandes moedas inconvertíveis? A crise teria o potencial de atingir mortalmente também o Brasil? Com base no que se observou no início da turbulência quando empresas multinacionais com filiais no Brasil emprestaram reais para convertê-los em dólar e enviá-los para as matrizes dinamitando a economia brasileira justamente no flanco mais resistente — ou seja: os bancos ficaram sem recursos, o crédito congelou e o dólar subiu, levando às perdas com derivativos das empresas nacionais, o que minou a confiança dos bancos nas empresas e fez a crise chegar no Brasil instantaneamente como se fosse originada aqui —, isto é, o setor bancário muito pouco alavancado e cobrador de juros “pornográficos”, é de se imaginar que o país seria fulminado violentamente, principalmente considerando-se a grande dívida pública que poderia ser a porta de entrada do colapso estatal, tal como na Inglaterra e nos EUA.

Existem, porém, muitas diferenças a favor do Brasil: um choque inflacionário seria assimilado como se fosse mais um confisco de ativos financeiros semelhante ao Plano Collor de 1990. Ao choque inflacionário inicial sobreviria uma **reindexação** econômica que conduziria o patamar inflacionário a uma faixa interessante para o governo, reinstalando-se a estagnação econômica. O comércio exterior seria afetado, mas o Brasil por ser um país tropical e enorme não enfrentaria graves problemas de abastecimento. A crise seria muito grave, mas aos poucos tudo voltaria à “normalidade” da “**estagflação**” dos anos 80.

No exterior, contudo, uma situação deste tipo é algo inédito, nunca visto, coisa que as pessoas não fazem a menor idéia do que significa. E é por isso que existe alto risco de uma hiperinflação começar da noite para o dia (pois a desorganização dos preços relativos inédita deixaria todos no “escuro” e aí se instalaria uma bagunça, pois perderia-se a confiança no dinheiro pura e simplesmente). Em países europeus dependentes em grande parte de importação de alimentos, por exemplo, ver-se-ia um apocalipse bíblico no melhor estilo, com tudo que se tem direito. Seria algo como um milionário que vai morar sob a ponte em uma favela, sem ao menos um barraco. No Brasil a crise seria como a situação de um adulto de classe média que perde o emprego e volta para a casa dos pais no subúrbio, de onde tinha saído. E nos Estados Unidos há o agravante de muitas pessoas disporem de armas em suas residências. Só se sabe do que uma pessoa é capaz quando ela perde tudo. E depois de perder tudo (emprego, casa, família, fundo de aposentadoria empatado em ações que viraram pó, etc) só sobrou uma arma na mão. É por esta razão que Gerald Celente fala com razão em possibilidade de guerra civil nos Estados Unidos. Para quem nasceu na favela é fácil pegar um fuzil e se tornar traficante. Para um americano de classe média isso é impensável, desde que o ambiente não se torne um *Mad Max*, o filme em que pessoas vivem num território sem governo e repleto de bandidos.

E as notícias e entrevistas falando em colapso estão em todos os canais e jornais. Na CNBC, na CBS, Bloomberg, CNN, Fox News, VOA, The independent, The Guardian, Daily Telegraph, Wall Street Journal, Washington Post, New York Times, etc. Até mesmo modera-

dos irritantes como Paul Krugman admitem a possibilidade de colapso econômico, não evidentemente com todas as letras. Enquanto isso, programas como o Glenn Beck Program, da Fox News, são acusados de serem sensacionalistas como se fosse um Datena americano. O programa do radialista e entrevistador de TV Glenn Beck é um dos mais ricos em entrevistas com celebridades que prevêm catástrofes. É como se fosse um Boris Casoy dos áureos tempos. Como no Brasil, quem admite coisas impensáveis como possíveis não é digno de confiança, pois o “politicamente correto” é ser um “chuchu insosso”. Assim também acontece nos EUA. O hiato inflacionário já é quase um consenso entre os moderados “chuchus” e os radicais.

Comum também é a tese sobre uma “Nova Ordem Mundial” e sobre organizações secretas que teriam planejado a crise com o intuito de construir um problema cuja única solução seria um governo mundial e uma moeda mundial. Que uma nova ordem mundial se instalará após essa crise não há dúvida. Ordem neste sentido é o que estabelecem os próprios dicionários: disposição conveniente dos meios para se obterem os fins; disposição metódica; arranjo de coisas segundo certas relações; arranjo; arrumação.

Qual é a “ORDEM” existente? É esta: o mundo deve ser capitalista, existem pobres e ricos, os ricos mandam em tudo embora os pobres votem (numa democracia que na prática não funciona a contento), os Estados Unidos são o xerife do mundo, o dólar é a moeda internacional de troca e acumulação de reservas. Uma Nova Ordem propositalmente estabelecida seria na verdade uma espécie de reafirmação da já existente ou um processo garantidor de que a atual não seria desfeita como vinha acontecendo com o crescimento dos chamados BRICs (Brasil, Rússia, Índia e China). Nesse segundo sentido existe uma grande possibilidade de isso ser verdade, pois os Estados Unidos sempre tudo manipularam e nos anos recentes concentraram-se no Oriente Médio, desprezando o restante do mundo, que se viu livre para não mais se deixar manipular. Mas esse plano tem grande chance de dar errado e acabar criando uma nova “ORDEM” justamente oposta à existente.

Essa “ORDEM” tão falada então é a distribuição de poder entre os atores democráticos, quem manda mais e quem manda menos e quais regras serão obedecidas por todos.

Qual é a “ORDEM” existente no Brasil? Existe uma casta política que é o elo concreto de ligação entre o povo e o Estado, mas na prática esse é um poder abstrato, pois depende de votos para ser exercido. Votar é uma atividade que se exerce em função do que se aprende. E o que se aprende é ditado por quem detém o dinheiro, sendo todos ensinados a serem “chuchus”, de modo que a casta política mandante seja sempre a mesma. Essa casta política finca raízes concretas no Estado através de apadrinhamentos de pessoas na Administração e os apadrinhados devem respeito não às leis, mas aos padrinhos, sendo a Administração Pública uma espécie de Corte que deve respeito à casta e não às leis ou ao povo. O povo é apenas uma planta da qual os parasitas que são a casta e os apadrinhados tiram seu sustento. Os empresários ricos são em boa parte devedores de favores à casta e à Corte, único meio de sobreviver num ambiente de caos. Essa é a “ordem” estabelecida.

Nesses sentidos haverá sim uma “nova ordem mundial” que se estabelecerá após a crise atual. Se é algo planejado, o é por completos imbecis, pois é muito mais produtivo um sistema em que todos se beneficiam do que um sistema em que uns se beneficiam dos outros. Se não é algo planejado, o resultado será uma “desordem” caracterizada justamente pela au-

sência de “ordem” clara e definida. E a “desordem” sob este ponto de vista pode ser uma nova “ordem”. Ou seja, a “ordem” é o caos. Absolutamente tudo na **globalização**, sob qualquer aspecto que se imagine, é **paradoxal**. O ano de 2008, porém, foi o início de uma estúpida aceleração no processo contínuo de complicação do caos, sendo a analogia com os espelhos falada acima a melhor ilustração para a complexidade crescente que tem se tornado a administração de qualquer coisa: a vida, uma empresa ou um país. O caos agora é multifacetado e os aspectos em oposição produzem realidades que se transformam continuamente, produzindo **paradoxos** infinitos como dois **espelhos dispostos frente a frente**.

Nesse parto a **globalização** só pariu até agora reclamações para os **excluídos**, que agora são em número violentamente crescente.

Independentemente do que quer que aconteça, uma coisa é certa: somente uma uniformização utópica das regras de direito tributário, comercial, trabalhista, econômico e penal em âmbito mundial poderá amenizar os efeitos deletérios da **globalização**.

No Brasil o progresso econômico que se viu nos últimos anos deveu-se unicamente ao **Plano Real** de 1994 e à posterior desvalorização cambial de 1999, que produziu os resultados macroeconômicos positivos da década de 2000. Nos últimos três anos um progresso econômico colossal estava em gestação e acabou sendo momentaneamente abortado pela crise do *subprime* em 2007. Com relação aos demais aspectos, entretanto, o país mergulhou no passado cinquenta anos, retornando com força total todos os vícios políticos numa desbragada corrupção. Os escândalos políticos tiveram tamanha envergadura que causaram terremotos até mesmo no secretíssimo e intocado Poder Judiciário, raramente objeto de algum escândalo que tivesse o condão de regurgitar nos jornais. Isso aconteceu porque a corrupção política que sempre existiu transbordou todos os padrões de indecência. Com a progressiva investigação policial e cobertura da mídia verifica-se que é um poder em ruínas como o poder político. Os fundamentos de uma sentença permitem enxergar claramente a alma do juiz, ver sua inteligência e sua corrupção. E agora a alma dos juízes é transmitida ao vivo pela televisão. O descalabro chega ao ponto de um juiz falar que o outro “não tem moral” e tudo fica por isso mesmo. O objetivo deste trabalho é também mostrar para os sobreviventes como o Brasil que poderia ser um dos países mais desenvolvidos do mundo acabou na sarjeta, uma nau sem rumo capitaneada por bêbados com tapa-olho e pernas e caras de pau. E para quem não é brasileiro que isso sirva de exemplo para que não se repita em outros lugares a grande nojeira que é a política latino-americana.

Dizem que o Brasil é o país do futuro e que Deus é brasileiro. Depois do que está acontecendo com os Estados Unidos parece que é verdade, apesar da grande babaquice política. A crise é tão grande que até mesmo o dinheiro dos babacas que está na Suíça pode virar pó. E isso vai ser o mais engraçado nessa história toda.

A capa da revista **EXAME** 943, de 20/05/2009 traz a manchete: “*Exclusivo: Como pensa e trabalha Nouriel Roubini, o economista de segunda classe que virou celebridade*”. Ele que era professor em Nova Iorque. Este, portanto, é um trabalho de alguém sem classe nenhuma. Só depois que a verdade aparece quem a disse passa a ser visto como certo. E enquanto isso, a imprensa segue publicando as mentiras dos economistas de “primeira classe”. Este é um flanco da crise também violento: a mídia tradicional que já vinha desmoronando por causa

da internet sofre ainda merecidamente um processo de naufrágio com a perda de leitores justamente pelo fato de passar décadas publicando mentiras e contribuindo para a multiplicação dos “chuchus”, pois os questionamentos sociológicos só podem ir até o ponto em que o *status quo* ou a “ordem” não seja afetados. E no mundo inteiro é assim. E o clássico exemplo são as agências de classificação de risco e empresas de auditoria, cujos serviços revelaram-se de mais completa inutilidade: são como os “flanelinhas” do trânsito: cobram serviços para que eles mesmos não “sacaneiem”. E é tudo assim: só passa no concurso público o apadrinhado que fez o cursinho preparatório (que já sabia as questões do concurso) cujo proprietário é servidor da entidade contratante. As rádios FM só tocam os “jabás”, as editoras só publicam livros de celebridades ou de quem tenha feito uma Universidade “de nome”. A TV e os jornais só entrevistem essas mesmas pessoas. Um produto desconhecido e não lançado é anunciado em programas de celebridades como “o maior sucesso do momento”. A televisão cobra para não divulgar escândalos e assim por diante. Toda essa sujeira está ruindo com a **globalização**; e isso tem sido bom. Prostitutas que eram freiras para a mídia agora vê-se que tinham filhos de diversos pais. Conversadamente, alguns pedófilos (mentirosos contumazes, como nunca se viu na história desse país ou de outros) têm se aproveitado para acusar a mídia de tratá-los como o que realmente são, em vez de como supostos padres que pretendiam se fazer crer.

Essa é a crise atual: geladeiras têm dentro coisas pegando fogo. As geladeiras estão dentro de fornalhas para serem derretidas. As fornalhas estão no pólo norte e este está derretendo por causa do efeito estufa. Enquanto isso o Sol se aproxima 20% da Terra, mas seu potencial de geração de calor também se reduz em 20%. Esses movimentos fizeram o nível do mar subir e descer, pois a Lua saiu do lugar. Parte do pólo derreteu enquanto que parte do oceano se congelou rapidamente. As coisas pegando fogo são os empregos, as geladeiras são as empresas e as fornalhas são os países. E ninguém ainda apertou o botão nuclear, fazendo tudo virar antimatéria.

Infelizmente é isso. E infelizmente acabou o texto, por enquanto.

01/06/2009